

(Publicado em: Rollemberg, Denise. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001. 96 pp.).

O APOIO DE CUBA À LUTA ARMADA NO BRASIL: O TREINAMENTO GUERRILHEIRO

Denise Rollemberg

Rio de Janeiro
2000

*A Giannini,
pelo sorriso com que abriu a porta.*

Índice

Agradecimentos.....	4
<i>Exportar a revolução.....</i>	<i>7</i>
1 - As Ligas Camponesas.....	15
2 - Brizola e o MNR (Movimento Nacionalista Revolucionário).....	22
3 - A ALN (Ação Libertadora Nacional), o Grupo da Ilha, a VPR (Vanguarda Popular Revolucionária), o MR-8 (Movimento Revolucionário – 8 de Outubro)....	35
<i>Importar a revolução.....</i>	<i>63</i>
Anexo:	
A volta de Cuba.....	66
Zé Arantes, o guerrilheiro que veio de Cuba.....	67
Bibliografia.....	69
Notas.....	72

Agradecimentos

Agradeço ao CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) a concessão da bolsa de recém-doutor (janeiro de 1999/junho de 2000), que viabilizou esta pesquisa.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História da UERJ e à coordenadora no período da bolsa, Professora Lúcia Guimarães, o respaldo junto ao CNPq. À Professora Tânia Bessone, então chefe do Departamento de História da UERJ, o apoio e o respeito.

Gostaria de agradecer, especialmente, a Francisco Martinho, professor de História Contemporânea e, então, sub-chefe do Departamento de História da UERJ, o apoio, o incentivo e, acima de tudo, a amizade.

Agradeço a Paulo de Tarso Venceslau ter me ajudado a encontrar várias das pessoas entrevistadas.

Mais uma vez, tive a grande satisfação de trabalhar com entrevistas, conhecendo de perto os personagens desta história, descobrindo os rostos, as vozes, as vivências, as emoções daqueles que aparecem nas memórias e nos documentos deixados pela repressão. Para mim, este contato é sempre um grande aprendizado. A todos, minha gratidão.

Agradeço também a Pedro Sadio, pesquisador do Fundo DOPS do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. A sua competência e a sua boa vontade foram preciosas.

Ao jornalista Elio Gaspari a bela matéria sobre a minha pesquisa.

O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro

«Dizia-se «ilha» ou «Ponto Um» e todos nós sabíamos que era Cuba, nome tão impronunciável como nossos nomes». Flávio Tavaresⁱ

Nos anos 1960 e 1970, uma mística envolvia a experiência do treinamento guerrilheiro em Cubaⁱⁱ. E essa mística não envolveu unicamente a esquerda que buscava se preparar para enfrentar o sistema capitalista e o regime civil-militar instaurado em 1964. A documentação dos arquivos da repressão - trabalho de pesquisa, objetivos, preocupações, termos usados, e, sobretudo, o *tratamento* dado a quem havia passado pelo treinamento -, mostram a importância que lhe era atribuída. Em novembro de 1972, por exemplo, I Exército fez circular pelos diversos órgãos de informação um dossiê detalhado de 107 páginas, organizado pelo Centro de Informação do Exército, com dados e fotos sobre todos os 219 militantes treinados ou suspeitos de terem treinado em Cubaⁱⁱⁱ. No ofício, encaminhando o trabalho, o chefe do Estado Maior do I Exército afirma «...o fato de ter freqüentado um «Curso de Guerrilha» em CUBA como um indício importante para a caracterização da periculosidade de um terrorista» (grifo no original)^{iv}.

Mário Japa, codinome de Shizuo Osawa, da VPR, lembra o *status* que dava ir treinar em Cuba: «Todo mundo queria ir. Era quase um batismo de fogo: tinha que participar de uma ação militar e tinha que ir treinar em Cuba»^v.

Apenas uma minoria entre os que treinaram voltou ao Brasil. A partir de determinado momento, a repressão condenou à morte todos que tivessem passado pelo treinamento. E, de fato, entre os que foram presos, os que sobreviveram são exceções.

Treinamento guerrilheiro na Ilha! A primeira impressão que o historiador tem hoje, passados tantos anos, é como se houvesse nessas palavras um poder em si mesmo, que suscitava especial atenção, tanto entre a esquerda como entre a direita.

Parece-me importante, portanto, compreender o treinamento guerrilheiro, a partir das óticas da esquerda e da direita: em que consistia, suas possibilidades e limites, as expectativas, as realizações, as frustrações; como os órgãos da repressão lidavam com a existência do treinamento, com os militantes treinados, as especulações, as informações. Mas também compreender o treinamento no contexto do apoio do governo cubano à luta armada na América Latina. Assim, compreender o treinamento é refletir sobre a simbologia do guerrilheiro-treinado-em-Cuba, que alimentou sonhos e esperanças - e, às vezes, decepções -, na esquerda; despertou, invariavelmente, a gana da repressão e serviu ao povo e aos revolucionários cubanos, ajudando-os no enfrentamento de enormes dificuldades, certos de que dias melhores viriam.

Exportar a revolução

«Ele [Che Guevara] nos dizia [ao grupo de guerrilheiros que preparava para partir para a Bolívia] que um homem pode morrer não importa onde sem que ninguém saiba ou ainda morrer na sua família e ser completamente esquecido em muito pouco tempo. Nós, ao contrário, nos tornaríamos heróis da Revolução latino-americana e ficaríamos para sempre como símbolo. (...)...nós decidimos que era mais bonito se transformar assim em herói que levar uma vida mesquinha, cheia de miséria e amargura. Nós nos dizíamos que, em breve, as pessoas próximas a nós e todos aqueles que nós conhecíamos nos considerariam com orgulho». Benigno^{vi}.

Exportar a revolução é o título de uma parte do livro de Benigno, nome de guerra de Dariel Alarcón Ramírez, revolucionário cubano que participou de Sierra Maestra e lutou, ao lado de Che Guevara, na África e na Bolívia. Nos anos 1990, Benigno deixou Cuba, o poder e o prestígio que sua trajetória lhe conferia e tornou-se um dissidente. A condenação e o fuzilamento de outro antigo revolucionário, Arnaldo Ochoa, em 1989, motivaram o rompimento. O ciclo do revolucionário dissidente está contido no título, *Vida e morte da revolução cubana*, síntese de um processo que se confundiu com sua própria história. Benigno relatou a saga da tentativa de levar a revolução pelo mundo, como uma onda que asseguraria a vitória da revolução em Cuba e libertaria os povos do Terceiro Mundo.

Como sabemos, a tese do internacionalismo revolucionário nasceu com o próprio socialismo e, historicamente, sempre encontrou tensões e obstáculos entre os revolucionários. No caso da América Latina dos anos 1960, a experiência

na Bolívia, ou melhor, a tentativa de implantar o foco guerrilheiro no país, é significativa: levou à morte o símbolo do guerrilheiro sem pátria, trouxe à tona o seu isolamento em relação à sociedade que queria libertar e à própria esquerda, evidenciou as diferenças nacionais no continente, colocando em xeque o mito da pátria latina.

O drama da vivência de Benigno, onde a realidade massacrava o sonho, não o impediu de, ao voltar como sobrevivente da Bolívia a Cuba, reassumir as ocupações anteriores à partida: o treinamento de estrangeiros^{vii}. Em meio às pressões da URSS para que a revolução não fosse exportada – embora com a sua cumplicidade - e aos fracassos no exterior, o treinamento guerrilheiro foi mantido até meados dos anos 1970.

Desde a crise dos mísseis e a definição do governo cubano como socialista, em 1961, a questão da *exportação da revolução* para os países latino-americanos se colocou na ordem do dia, como condição para sobrevivência e consolidação da revolução em Cuba. Nesse momento, os revolucionários passaram a contar a história da vitória de tal maneira que construíram um dos maiores mitos da esquerda latino-americana dos anos 1960: o do foco guerrilheiro. A revolução teria se desencadeado e tornara-se vitoriosa a partir de uma vanguarda de guerrilheiros capazes de subverter a ordem e reorientar os rumos do país. No processo de construção da memória da revolução, ainda no calor dos acontecimentos, pouca ênfase foi dada à conjuntura, onde o clima de descontentamento e revolta contra a ordem estabelecida havia levado à mobilização e à organização da sociedade. Quando os revolucionários desembarcaram em Cuba, um episódio tantas vezes narrado como um quadro

épico, não estavam sozinhos. Ao contrário, encontravam uma situação plenamente favorável à sublevação^{viii}. Assim, os revolucionários, ao construir a memória da revolução, não romperam com a maneira pela qual, tradicionalmente, os vencedores constroem o passado. Aliás, como sabemos, assim tem sido em todas as revoluções. O fato é que essa versão serviu como uma luva para movimentos revolucionários dos chamados países do Terceiro Mundo, em especial para os da América Latina, que não contavam com a participação social na luta revolucionária ou o faziam com limites e contradições. Nada como um exemplo, um modelo a ser seguido, equacionado as dificuldades, apontando soluções, propondo caminhos, encorajando a luta. Essa construção não serviria, exclusivamente, aos guerrilheiros dos países *hermanos*. Sobretudo, internamente, fortalecia Cuba, redirecionando a força da sociedade para a vanguarda, potencializando-a, colocando aquela refém desta. Externamente, redefinia o país no cenário do movimento comunista internacional, fazendo da pequena Ilha tão próxima dos EUA *o primeiro território livre da América Latina*.

No entanto, não se está aqui defendendo esse processo como algo simplista. Contar a história envolve aspectos complexos que têm a ver com os mecanismos através dos quais grupos sociais, homens e mulheres lidam com a realidade, as ilusões, as frustrações, os desejos, os conflitos, o poder, a dominação. De outra maneira seria impossível compreender a opção de Che Guevara e de outros revolucionários pela luta na África e na Bolívia. Nesse ponto, o testemunho de Benigno também é bastante esclarecedor. Por um lado, desvenda uma trama de meias-verdades, de meias-palavras, de pressão e de resistência que envolveu o governo cubano e o Partido Comunista Boliviano.

Entre uma queda de braço e um jogo de sedução, Mário Monje, primeiro-secretário do PC boliviano e os cubanos se aproximavam, mediam forças, se afastavam, se encaravam, desviavam olhares, dissimulavam mutuamente, fingiam acreditar no fingimento. Foi assim que Monje fez treinamento guerrilheiro em Cuba, sem se envolver, sem entusiasmo, em silêncio, como um remédio que se toma, mas no qual não se acredita, mas que se toma. Quando Guevara chegou com seus homens à Bolívia ficou profundamente irritado: as condições para a guerrilha eram nulas, sem apoio do Partido, isolados, sem armas, num meio hostil, onde os camponeses que apareciam eram para denunciar a presença dos guerrilheiros. Benigno assegura que o governo cubano não informou Guevara sobre as condições concretas, embora as conhecesse. Mas Che já estava lançado, num caminho sem volta. Todos ali acreditavam na *exportação da revolução*. Benigno é o testemunho dessa crença mesmo quando já acumulavam a experiência frustrada no Congo: a formação dos homens, a preparação, a fé no projeto que tentavam realizar. Se não houvesse revolução em outros países, não haveria lugar para Che. O poder burocratizado lhe era estranho e as críticas à URSS, manifestadas publicamente em 1965, o indispunham a permanecer no governo, em um momento em que Cuba já dependia da ajuda soviética^{ix}. Assim, seguiu a opção feita desde sempre, coerente com sua vida, em direção à revolução, à transformação, à vida, ao abismo, à morte, à lenda.

A partir da derrota e da morte de Che na Bolívia, em outubro de 1967, Fidel Castro confirmou o caminho que vinha seguindo desde 1964 de aproximação com a URSS e os partidos comunistas, assumindo a realidade da construção do socialismo em um só país e a dependência em relação à grande potência

socialista^x. No entanto, a própria posição de Fidel a esse respeito era ambígua.

Moniz Bandeira acredita que Fidel e Che

«...coincidiavam quanto à necessidade de impulsionar a revolução no Terceiro Mundo. Castro não se submetera ao acordo de refrear a luta armada, estabelecido em novembro-dezembro de 1964, sob inspiração de Moscou, com os partidos comunistas ortodoxos, e convocara a Havana cerca de 430 representantes tanto da esquerda legal ou clandestina (exceto os maoístas) dos três continentes, como dos movimentos nacionalistas mais radicais, para participar da Conferência Tricontinental, instalada em 13 de janeiro de 1966, com o objetivo de criar uma Internacional revolucionária no Terceiro Mundo, a Organização de Solidariedade dos Povos da África, Ásia e América Latina (OSPAAL)»^{xi}.

É nesse sentido que, em 1967, entre 31 de julho e 10 de agosto, ocorreu a conferência que deu origem à Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), que, como ondas - *o/las* - estenderia a revolução através da América Latina. Assim, para Moniz Bandeira, a ida de Guevara para a África e a Bolívia não foi motivada pelos desentendimentos com Fidel quanto às relações com a URSS, que se opunha às tentativas de desencadeamento da revolução na América Latina, como muitos a interpretam. Inserir-se, ao contrário, no projeto apoiado pelo próprio Fidel. Sobre esta posição da URSS, no entanto, é bom lembrar que a própria URSS, evidentemente, sempre esteve a par do fluxo mantido nos anos posteriores de militantes indo a Cuba treinar. As rotas de entrada e saída do país, por exemplo, passavam por Moscou e Praga, onde os guerrilheiros eram recebidos e orientados.

Ao longo dos anos 1964, 1965 e 1966, as derrotas das tentativas de implantação de focos guerrilheiros foram inúmeras, levando à morte diversos guerrilheiros^{xii}. Em 1968, diante de uma grave crise econômica, o isolamento internacional de Cuba e da derrota das guerrilhas na América Latina, sobretudo

na Venezuela, na Colômbia, na Guatemala e na Bolívia, Fidel buscou a reaproximação com a URSS, simbolizada no apoio à invasão à Tchecoslováquia^{xiii}. Nos primeiros meses de 1969, as negociações comerciais entre os dois países já apontavam para a distensão da crise. O compromisso de pôr fim à *exportação da revolução* acabou se concretizando em 4 de agosto de 1970: Cuba não atacaria os países vizinhos e os EUA não invadiria a Ilha^{xiv}. A partir de 1972, Cuba integrou-se formalmente no Bloco Socialista, incluindo-se no Conselho para a Ajuda Econômica Mútua, o COMECON^{xv}. Em 1975, entretanto, Cuba interveio em Angola atendendo o pedido de Agostinho Neto, líder do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA):

«Conquanto se retraísse na exportação de guerrilhas para a América Latina e limitasse a assistência (treinamento, assessoramento e armas) apenas à Frente Sandinista de Libertação Nacional (Nicarágua) e à Frente de Libertação Nacional Farabundo Martí (El Salvador), Castro não abdicara de sua militância internacional e intensificara a presença de Cuba na África, não mais de forma subversiva, mas atendendo ao apelo de Angola, bem como, em 1977, da Somália e da Etiópia»^{xvi}.

Assim, mesmo diante da redefinição quanto ao apoio à guerrilha na América Latina, em 1968, ainda que considerando as ambigüidades a esse respeito, Cuba continuou, nos anos seguintes, treinando guerrilheiros latino-americanos. Por quê? A maior parte dos brasileiros, aliás, foi treinada exatamente a partir deste ano. Cuba teria treinado de 2.000 a 3.000 guerrilheiros latino-americanos entre 1962 e 1967 e continuou a fazê-lo até pelo menos 1970^{xvii}. A redefinição, no entanto, quanto à *exportação da revolução* já era clara desde 1968. Como um disco tocando em duas rotações, simultaneamente. Uma afinava-

se com a realidade da necessidade e das derrotas, outra com o mito da vanguarda, que alimentava o sonho que não existia mais.

Domingos Fernandes, militante da ALN, treinado em Cuba, acredita que esta dubiedade foi mantida:

«...havia uma coisa surda entre os que se consideravam revolucionários cubanos e aqueles que tocavam o país. Sentia-se que não era uma coisa só: os que cuidavam do Estado, do futuro eram pessoas mais preocupadas com a relação com a URSS, que dava muito apoio econômico, e os caras que esses chamavam de porra-louca, que davam assistência às guerrilhas latino-americanas»^{xviii}.

Assim é que, de volta a Cuba, depois do episódio na Bolívia, em fins de 1967, Benigno pôde reassumir sua posição como instrutor de treinamento. A experiência só consolidou o seu currículo de revolucionário. Derrotada a *exportação da revolução*, o herói legitimaria como ninguém o projeto que reforçava interna e externamente a posição de Cuba na vanguarda do continente e produziria outros heróis e lendas, e muitos presos e mortos.

Quanto à revolução brasileira, Cuba apoiou a formação de guerrilheiros, desde o momento em que assumiu a função de *exportar a revolução*, quando o Brasil vivia sob o regime democrático do governo João Goulart, ou seja, antes da instauração da ditadura. A maior parte, como disse, foi treinada a partir de 1968, quando Cuba já havia se voltado para a construção do socialismo em um único país, com o apoio da URSS. Embora um caso isolado, chegou a haver treinamento mesmo ao longo de 1973, quando a guerrilha no Brasil já estava aniquilada, à exceção da guerrilha do PCdoB, no Araguaia (1972-74). Em junho de 1973, quando a ALN estava esmagada e vencida, com os militantes mortos, presos ou no exílio, Arnaldo Ochoa chegou a propor à organização um plano de

entrada, pela Amazônia, de guerrilheiros cubanos e brasileiros para implantar a guerrilha no Norte e disseminá-la a partir daí. A avaliação da realidade parecia secundária. Como se o plano tivesse autonomia, vida própria. Ainda que numa outra conjuntura, não teria sido assim que Che e seus guerrilheiros chegaram à Bolívia, secundarizando a realidade do país a partir do qual todo o continente iria se levantar?

Cuba apoiou, concretamente, os brasileiros em três momentos bem diferentes. O primeiro, como disse, foi anterior ao golpe civil-militar. Nesse momento, o contato do governo cubano era com as Ligas Camponesas. Após a instauração do novo regime e, desarticuladas as Ligas, o apoio cubano foi dado ao grupo liderado por Leonel Brizola, composto de outras lideranças dos movimentos sociais do período pré-1964, tendo como base os sargentos e marinheiros expulsos das Forças Armadas. A partir de 1967, desmobilizadas as tentativas de implantação da guerrilha ligadas a este grupo, Carlos Marighella, presente na Conferência da OLAS, surgiu, para os cubanos, como o grande nome da revolução no Brasil^{xix}. Daí até o início dos 1970, Cuba treinou guerrilheiros de organizações de vanguarda que seguiram o caminho da luta armada, principalmente, da ALN, da VPR e do MR-8.

1 - As Ligas Camponesas

Surgidas em 1955, as Ligas Camponesas expandiram-se por diversos estados do país, sobretudo pelo Nordeste, ganhando grande expressão no início

da década de 1960^{xx}. No intenso debate dos anos que antecederam o golpe, a questão da reforma agrária, ponta de lança das reformas em pauta, era a expressão maior das contradições e, portanto, o início de todo e qualquer projeto que, de uma forma ou de outra, propusesse transformar o país.

As Ligas foram desde a origem um centro de tensões. Por vários motivos. Antes de tudo porque pretendiam mexer na estrutura fundiária de um país de tradição colonial, escravista, com um legado baseado no latifúndio, na exploração, na miséria, na desigualdade. E o Nordeste, epicentro dos mais importantes movimentos das Ligas, era a expressão viva desse quadro. Além disso, as Ligas surgiram num momento muito particular do cenário nacional e internacional. No país, a expansão do movimento coincidiu com o breve governo Jânio Quadros e o governo João Goulart, marcados pela reação da direita, a organização e a polarização dos movimentos sociais, as ambigüidades do presidente Jango e a passividade da esquerda representada pelo PCB. As tensões vivenciadas pelas Ligas não se limitaram ao enfrentamento com os interesses do latifúndio. Logo tiveram que lidar com uma questão que tanto mobilizava a esquerda: seria possível fazer mudanças estruturais pelas vias institucionais? Como concretizá-las com um parlamento majoritariamente conservador? O *slogan* sintetizava o impasse: «reforma agrária na lei ou na marra». Internamente, as Ligas viveram os embates típicos das organizações e dos movimentos de esquerda: projetos que propunham caminhos inconciliáveis para a luta, implicando diferentes apoios no cenário internacional. Essas disputas, por sua vez, foram personificadas nas lideranças do movimento. Assim, as Ligas, tendo a enfrentar um secular e

poderoso inimigo – o latifundiário -, acabaram também se desgastando e se consumindo, em disputas internas.

No cenário internacional e, em particular, da América Latina, o surgimento e o crescimento das Ligas coincidiram com a Revolução Cubana e seus primeiros desdobramentos, que mudaram o mapa político do continente. As Ligas expressaram os conflitos e dilemas de sua época. No contexto da *exportação da revolução*, Cuba viu nesse movimento e nos seus dirigentes o caminho para subverter a ordem no maior país da América Latina.

Ao longo de 1961 e 1962, os órgãos de informação oficiais faziam circular as informações sobre as «atividades subversivas dos elementos integrantes das Ligas Camponesas...»^{xxi}. As notícias das invasões de fazendas são mapeadas. Listas de passageiros que viajavam a Cuba eram controladas pelos diversos órgãos, destacando os nomes dos envolvidos com as Ligas^{xxii}. A maior preocupação era com «os cursos preparatórios de lutas de guerrilha em vários pontos do país», funcionando em sítios e fazendas, sob o comando do PCB, cuja função seria «dar coesão aos camponeses, controlá-los, dominá-los e uni-los em torno de seu programa e prepará-los para essa tarefa revolucionária». Os «professores» seriam militares treinados em Cuba^{xxiii}. Na verdade, não se tratava exatamente do PCB. Ou melhor, havia uma tensão no Partido a respeito do encaminhamento da luta pela reforma agrária. As decisões do V Congresso do PCB, de setembro de 1960, haviam subordinado esta luta à tática da chamada etapa nacional-democrática, prevendo uma aliança de classes ampla e não o confronto de seus interesses. No entanto, dirigentes das Ligas ligados ao PCB, liderados por Clodomir dos Santos Morais (ex-deputado estadual de PE e

advogado), se opuseram às teses do V Congresso. Essa facção, no entanto, manteve-se no Partido até novembro de 1961, quando foi expulsa no I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, conhecido como Congresso de Belo Horizonte. Assim, por ter se mantido no Partido nesse período, apesar das discordâncias essenciais, o grupo foi sempre identificado ao Partido na imprensa e na documentação dos órgãos de informação. No entanto, defendendo o confronto revolucionário, a dissidência era inevitável. Segundo Fernando Azevêdo, o exemplo da Revolução Cubana foi decisivo na evolução das Ligas nesse sentido:

«Essas posições “anti-partido” tornar-se-iam hegemônicas nas Ligas, na medida em que estas passam a incorporar e a sistematizar teoricamente a experiência da revolução cubana, deflagrada do campo para a cidade por um núcleo guerrilheiro desvinculado do PC, queimando “etapas”, instaurando o socialismo e promovendo uma reforma agrária avançada e baseada no coletivismo»^{xxiv}.

Porém, é claro que, quando Cuba decidiu-se pela *exportação da revolução*, na ocasião da invasão da Baía dos Porcos, em abril de 1961, esse grupo, chamado de «anti-partido», mesmo antes do rompimento com o PCB, já se definira pelo enfretamento armado.

Em fevereiro de 1962, o governo cubano lançou na presença de diversos dirigentes de movimentos sociais da América Latina, a *Segunda Declaração de Havana*, conclamando as massas à revolução através da guerrilha com o apoio de Cuba. O *slogan* «o dever de todo revolucionário é fazer a revolução» centrava-se na idéia de que a *hora* havia chegado e era preciso se posicionar claramente para o embate. Francisco Julião, dirigente mais conhecido das Ligas, estava presente no evento que soou como um grito de guerra. Julião, no entanto, manteve uma

posição dúbia ou contraditória em relação à luta guerrilheira. Mantendo relações estreitas com Cuba e radicalizando suas posições nos famosos discursos que fazia, Julião, entretanto, se opôs à facção favorável à guerrilha, liderada por Clodomir Moraes, Carlos Montarroyo e Tarzan Castro. Julião, inclusive, participou das eleições, nesse mesmo ano de 1962, apesar de criticá-las, como candidato a deputado federal.

Com Clodomir Moraes, dissidente do PCB, deu-se início à formação dos campos de treinamento de guerrilhas no Brasil com o apoio de Cuba. O momento coincidia com o fim do governo Jânio Quadros, apoiado por Cuba, e o início do governo Goulart. O apoio de Cuba se concretizou na implantação desses *campos*, na verdade, fazendas compradas, em Goiás, Acre, Bahia e Pernambuco, «formados por alguns camponeses e, em sua maioria, estudantes secundaristas e universitários vindos de Pernambuco»^{xxv}. Falava-se também em fazendas no Maranhão, em Mato Grosso, no estado do Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul^{xxvi}. Houve também o fornecimento de armas, dinheiro e orientação para a implantação da guerrilha. Apesar do fluxo constante de lideranças e militantes a Cuba, o treinamento seria dado no Brasil. Há informação de que Clodomir Moraes e mais 11 membros das Ligas, alguns ex-membros do PCB, teriam feito o «curso de guerrilhas, em Cuba», entre 28 de julho e 20 de agosto de 1961, com mais 40 latino-americanos, numa viagem a pretexto de participar das comemorações do 26 de julho:

«O curso foi o segundo desta natureza patrocinado pelos cubanos, sendo que o primeiro foi dado em maio de 1961, também em Cuba. A instrução constava de exercícios diários de tiro ao alvo, manobras de guerrilhas simuladas nas montanhas dos Organos, e manejo e identificação de armas e doutrinação ideológica. Os estagiários eram instruídos no desmontar,

manejar e a manutenção de armas de fogo norte-americanas...(...) Foram ensinados como fazer o «coquetel Molotov» e a bomba incendiária «M-26»^{xxvii}.

Segundo Clodomir Morais, os campos de treinamento de guerrilha eram muito precários: «...durante todo o ano de sua existência, jamais dispôs sequer de um *jeep* para carregar os suprimentos ou fazer o reconhecimento militar nas áreas da futura operação»^{xxviii}. Clodomir Morais garante que Julião, que disputava a liderança das Ligas com o grupo, jamais entrou em contato com os campos, não tendo sequer idéia das localizações^{xxix}. Ao que parece, Julião, apesar de manter uma imagem radical de si mesmo e das suas posições e estreitas relações com o governo cubano, não esteve envolvido com os planos de formação dos campos de guerrilha e de implantação do foco com o apoio concreto de Cuba. Na verdade, seus discursos inflamados, demonstravam o domínio da oratória e o conhecimento da cultura dos sem-terras, e não seu radicalismo. Suas avaliações super-otimistas sobre a possibilidade de resistência das Ligas a um possível golpe de Estado talvez tenham sido feitas nesta contradição, ou seja, no vazio. É conhecida a história segundo a qual Julião teria dito em Cuba e para o grupo que compunha com Brizola, na Frente de Mobilização Popular, que caso houvesse o golpe teria cem mil camponeses armados e prontos para enfrentá-lo. Quando chegou o momento, não havia nada e Julião simplesmente deixou o país^{xxx}.

Flávio Tavares, em suas memórias, conta como, durante o governo Goulart, em fins de 1962, o Serviço de Repressão ao Contrabando, por acaso,

desbaratou o plano de formação de um campo de treinamento das Ligas, no interior de Goiás, Dianópolis. Pensando se tratar da entrada ilegal de eletrodoméstico, o Serviço

«encontrou algumas armas e muitas, muitas bandeiras cubanas, retratos e textos de discursos de Fidel castro e do deputado pernambucano Francisco Julião, manuais de instrução de combate, além dos planos de implantação de outros futuros focos de sabotagem e uma minuciosa descrição dos fundo financeiros enviados por Cuba para montar o acampamento e todo o esquema de sublevação armada das Ligas Camponesas noutros pontos do país»^{xxxii}.

Assim, em novembro, caía o campo de Goiás, cujo responsável era Carlos Montarroyo, levando à prisão os militantes lá encontrados. Com isso, a facção envolvida com a luta armada decidiu desmobilizar os outros campos^{xxxiii}. Clodomir acabou preso e processado pela Lei de Segurança Nacional.

A apreensão de todo o material trazia à tona a participação do governo cubano na revolução brasileira. João Goulart tentou resolver o caso diplomaticamente entregando ao m ministro enviado por Fidel, o material encontrado:

«O ministro cubano despediu-se de Jango e tomou um avião da Varig para chegar ao México e, de lá, retornar a Havana. Nunca chegou, porém. Antes de aterrissar na escala em Lima, no Peru, o Boeing caiu e morreram todos os passageiros. A pasta de couro em que o ministro Zepeda levava a documentação foi encontrada entre os destroços e entregue à CIA norte-americana, que divulgou os documentos num carnaval acusatório a Cuba pelas três Américas»^{xxxiii}.

A relação das Ligas com Cuba evidencia a definição de uma parte da esquerda pela luta armada no Brasil, em pleno governo democrático, bem antes

da implantação da ditadura civil-militar. Embora não se trate de uma novidade^{xxxiv}, o fato é que, após 1964, a esquerda tendeu - e tende ainda - a construir a memória da sua luta, sobretudo, como de resistência ao autoritarismo do novo regime. É claro que o golpe e a ditadura redefiniam o quadro político. No entanto, a interpretação da luta armada como, essencialmente, de resistência deixa à sombra aspectos centrais da experiência dos embates travados pelos movimentos sociais de esquerda no período anterior a 1964.

Após a experiência frustrada das Ligas e já instaurada a ditadura civil-militar, Cuba redefiniu a maneira de apoiar a revolução no Brasil.

2 - Brizola e o MNR (Movimento Nacionalista Revolucionário)

«Parecíamos fantasmas perambulando durante a noite e expiando algum pecado. Muitas vezes, não sabíamos onde buscar mais energia para chegar, mas sempre chegávamos. Um trabalho para super-homens, não para seres comuns como nós. Mas nós o fizemos». Avelino Capitani^{xxxv}.

Tão logo Leonel Brizola chegou ao Uruguai, depois do golpe civil-militar de 1964, começou a articular, com refugiados que afluíam a Montevideu, um contra-golpe. As memórias de Flávio Tavares dão a atmosfera da capital uruguaia, «meca da revolução nacionalista-popular no Brasil»:

«liberdade absoluta, partidos de todos os matizes e todos legalizados (até os trotskistas e anarquistas, estigmatizados no resto do mundo, lá tinham sede, bandeiras, jornais e congêneres). E, além de tudo, muitos livros e

revistas contando da utopia e da revolução. Tudo à mostra, tal qual aquelas centenas de brasileiros exilados, que enchiam os cafés da avenida 18 de Julio ou da rua San José ou de Pocitos e sonhavam com a volta. Juntos mas não misturados, ministros do governo deposto, oficiais, deputados, porteiros de ministérios, subalternos da Armada, dirigentes sindicais. Gente do norte e do sul do Brasil contando os planos e os êxitos de uma guerrilha hipotética, para a qual já marcavam data. Inclusive a do triunfo»^{xxxvi}.

Avelino Capitani, dirigente da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil, participante da rebelião dos marinheiros, às vésperas do golpe, e da Guerrilha de Caparaó, também retrata o clima conspirativo e de mobilização^{xxxvii}. Lideranças e militantes dos movimentos sociais que agitaram o país chegavam, não com a perspectiva de iniciar o exílio, mas, ao contrário, de se organizar para voltar e enfrentar o novo regime.

Inconformado com a ausência de qualquer resistência, inclusive do próprio presidente Goulart, e certo da sua capacidade de mobilização, Brizola acreditava poder reverter a situação no Brasil. A experiência vitoriosa da campanha da legalidade, que liderou quando da renúncia de Jânio Quadros e posse de Goulart, dava-lhe esta confiança:

«Revelando uma enorme disposição de luta, tratava de rearticular o que havia sobrado de nosso esquema militar: setores da Brigada Militar, oficialidade e sargentos nacionalistas não expurgados e outros na clandestinidade. Se intentou, durante todo um ano, dar início à luta armada a partir dos quartéis, dentro de uma tradição bem gaúcha...»^{xxxviii}.

Brizola resistia à teoria cubana do foco, tão em moda na época, preferindo a «tradição gaúcha»: «Falava [Brizola] de sua teoria do carvalho [guerrilha] e da batatinha [contra-golpe, levante popular]. - O carvalho demora para crescer e a batatinha dá ligeiro»^{xxxix}.

No Uruguai, Brizola foi o principal catalisador das forças. O golpe só reforçava a opção feita antes de 1964 pela luta armada, haja vista a tentativa de formar os «Grupos dos 11». Agrupou em torno de si os sargentos e marinheiros expulsos das corporações e perseguidos pelos militares e formou uma espécie de Estado-Maior com o ex-deputado Neiva Moreira, o seu assessor no governo no Rio Grande do Sul, Paulo Schilling, o ex-deputado pelo PSB, Max da Costa Santos, e o coronel Dagoberto Rodrigues.

Fracassado o projeto da «quartelada» e sem alternativa, Brizola acabou «aderindo» à teoria do foco guerrilheiro cubano. A partir daí, os planos da luta armada ganharam novos rumos. Seriam implantados três focos: um na Serra de Caparaó, na divisa de Minas Gerais e Espírito Santo, sob o comando do ex-sargento Amadeu Felipe, que, aliás, não tinha treinamento em Cuba; um no norte do Mato Grosso (fronteira com a Bolívia), comandado por Marco Antônio da Silva Lima, ex-fuzileiro naval, liderança da Associação dos Marinheiros, com treinamento; e outro na região norte de Goiás, que acabou se concentrando em Imperatriz, oeste do Maranhão, sob o comando de José Duarte, ex-marinheiro, também treinado em Cuba^{xi}. Haveria mais «um grupo de apoio na região fronteira do RS até MT»^{xii}.

Provavelmente, a possibilidade de contar com o apoio do governo cubano tenha sido decisiva para a reorientação de Brizola^{xiii}. Paulo Schilling acredita que a experiência cubana tenha influenciado a sua evolução, de uma «posição tipicamente getulista para uma posição revolucionária». A própria vivência do exílio contribuíra na mudança: político ativo na vida pública, dono de inegável carisma e poder de comunicação com as massas, se viu, de repente, sem as

massas^{xliii}. Muitos defendem que a «adesão» de Brizola ao foco merece aspas, e nada tem de ideológico, mas sim de circunstancial. Flávio Tavares, no entanto, testemunha todo o entusiasmo de Brizola com a possibilidade de reeditar a experiência cubana no Brasil e com o poder que o treinamento teria de transformar homens em guerrilheiros, em uma estranha metamorfose, fazendo deles não super-homens, mas bichos:

«Brizola estava literalmente inundado pela concepção de guerrilha, lia revistas do Vietnã do Norte e me contou, inclusive, que fazia exercícios de tiro e assalto a baioneta. (Seu instrutor, o coronel Atilo Escobar, da Brigada Militar gaúcha, com formação convencional de quartel, já estava lendo - ou prometera ler - o manual de guerrilhas do Che Guevara). Toda a veemência dos seus 43 anos concentrava-se em defender “o foco”. Nesse quadro, ele me apresentou aqueles dois moços recém-chegados “da ilha”, tão bem treinados que já não eram gente, “mas bichos como macacos, que ficam uma semana em cima de uma árvore, escondidos”^{xliv}.

Sobre a idealização destes homens vindos de Cuba, os «comandantes» como se dizia, Tavares retrata bem a «aura mística de salvadores» que os envolvia, os legitimava ante os outros e os distanciava da realidade:

«O treinamento em Cuba, ..., era ideológico-militar e eles voltavam ao Brasil com uma visão caolha da realidade. Estavam impregnados da idéia de desembarcar do Granma (...) e começar a guerrilha e a revolução nas semanas seguintes, mesmo não tendo contra quem lutar. Nada de converter a população local e, com ela ou a partir dela, estabelecer um foco que se propagasse pela palha seca e do qual a guerrilha fosse a guardião»^{xlv}.

Ainda sobre a «adesão» de Brizola à teoria cubana, o próprio Flávio Tavares, porém, referindo à maneira rápida como o líder gaúcho abandonou o projeto dos focos guerrilheiros, assim que caiu Caparaó, considera que «no fundo,

bem no fundo, ele nunca esteve muito convencido da guerrilha e aceitara tudo, e assimilara tudo, na maré que invadia o exílio uruguaio»^{xlvi}.

Em todo caso, Brizola aplicaria aqui uma espécie de *versão* do foco, uma tradução que imprimiria sua marca. Previa que, juntamente com o foco, haveria «um elemento surpresa», ele próprio. Assim que as três frentes *acontecessem* ele entraria no Brasil e, sem ninguém saber ao certo sua localização e com o seu poder pessoal de mobilização, levantaria as forças populares, dividiria as Forças Armadas e daria um contra-golpe^{xlvii}. Embora não fosse sua preocupação e guardando as devidas proporções, o plano de Brizola não seria o mais próximo, entre os diversos que se seguiram nos anos seguintes, do que ocorrera em Cuba?

Passada a experiência fracassada com as Ligas, desorganizadas, mesmo antes da queda do governo Goulart, Cuba viu em Brizola o nome a ser apoiado. Surgia, então, o Movimento Nacionalista Revolucionário, que não chegou a ser propriamente uma organização, mas um nome para designar o projeto que nascia^{xlviii}.

O apoio aconteceu na forma de treinamento guerrilheiro, agora em Cuba, e em dinheiro. Paulo Schilling diz que os contatos se davam através da embaixada cubana em Montevideú^{xlix}. Flávio Tavares lembra também as armas que a Guiana, através do primeiro-ministro Chedi Jagan, se dispôs a dar e que seriam recebidas pelo foco do Brasil Central^l. Pouco antes de cair Caparaó, o governo chinês também teria se comprometido com o projeto, apoio conseguido numa viagem à China feita por um integrante do MNR^{li}. Bayard Boiteux, base da Guerrilha de Caparaó no Rio de Janeiro, fala em «dinheiro dos cubanos» e dos «patriotas brasileiros» para a compra de equipamentos e armas^{lii}. Essa questão do dinheiro

é mais um tabu, entre outros, desta história. Fala-se nela com reservas, embora o próprio Brizola já tenha admitido ter recebido dinheiro de Cuba^{liii}. No entanto, ninguém parece saber a quantia recebida. Brizola nunca prestou conta do dinheiro nem à Cuba nem aos militantes, fossem dirigentes ou de base. Tinha-o como um «empréstimo pessoal», a ele Brizola, e que seria devolvido. Acredita-se ter havido gastos nos quais o dinheiro foi usado, mas apenas uma parte^{liv}. Flávio Tavares, ligado ao foco de Imperatriz, conta que, entre os três focos planejados, o de Caparaó era «uma espécie de encantada menina dos olhos de Brizola, que lhe deu dadivosos fundos e armamento»^{lv}. Para quem viveu diretamente a experiência na Serra de Caparaó e no Brasil Central, no entanto, a realidade foi de grande escassez, fome constante, falta de dinheiro para o caso de fuga e para compra de remédio. Capitani:

«Nunca tivemos dinheiro. Sempre escasso, sempre com muita dificuldade. Era aconselhado que todo guerrilheiro tivesse uma reserva com ele, nem que fosse para uma passagem para uma grande cidade e nós nunca tínhamos no bolso sequer o dinheiro para uma passagem, Caparaó-Vitória, Caparaó-Belo Horizonte, Caparaó-Rio de Janeiro. O dinheirinho que tínhamos, que não dava para nada, tinha que ser para comprar comida na cidade. Aquela foi uma situação muito difícil. Dizem que Cuba deu muito dinheiro para o MNR, para o Brizola... Eu não quero culpar o Brizola aqui por isto. Tinha muitas pessoas com família e era preciso sustentá-las. Parte deste dinheiro ia para estas famílias. Não teve dinheiro grande para cobrir todas as necessidades. Não houve desvio do dinheiro propositadamente. O dinheiro foi mandado, Cuba diz que mandou, mas não chegava à guerrilha, chegava muito pouco»^{lvi}.

Por fim, Brizola, que renegou Caparaó desde a sua queda, nunca teria ajudado os guerrilheiros presos e suas famílias com o dinheiro de Cuba^{lvii}.

A Guerrilha de Caparaó

No final de 1965, marinheiros, fuzileiros navais e sargentos asilados em Montevideú começavam a definir seus caminhos:

«Dias antes do Natal de 1965, saí do Uruguai em direção a Cuba. (...). Por coincidência, no mesmo avião alguns marinheiros e amigos viajaram com as bolsas de estudos oferecidas pelo PCB. Em Paris, nos separamos. Eram duas rotas diferentes, duas concepções políticas diferentes, dois destinos diferentes que por muito tempo não voltariam a se cruzar»^{lviii}.

O curso durou cinco meses, com aulas na cidade e, depois nas montanhas, com noções elementares sobre armamento, explosivos, minas, bombas e geografia. Capitani chama a atenção para a precariedade e a improvisação com que o treinamento era feito nesse momento. O romantismo, o idealismo e a «boa-vontade» eram os recursos para superar as deficiências:

«Não havia uma escola organizada, construída com equipamentos, com especialistas. Era muito ainda no improvisado, no idealismo, no romantismo. As coisas eram muito feitas dessa maneira. Começaram a estruturar uma escola de treinamento, de armamento, de explosivo, na época. Nós ajudamos a construir essa escola»^{lix}.

Alegando motivos de segurança, não eram colocados em um mesmo grupo guerrilheiros de nacionalidades diferentes. Até mesmo o contato entre eles era desestimulado. Os cubanos acabavam usando do poder que as circunstâncias lhes conferiam para interferir nas divergências internas do grupo^{lx}.

Capitani, no epicentro dos acontecimentos no momento do golpe, diferentemente da experiência da geração seguinte, recupera a memória desses

anos enfatizando a luta pela democracia como o grande fator mobilizador: «o ideal libertário, a idéia de libertar o Brasil, criar um país, uma grande democracia, onde não houvesse mais injustiça nem pobreza»^{lxi}. No entanto, a opção por Cuba, como ele mesmo constatou, significava a tomada de um outro caminho, que nada tinha a ver com a restauração do estado de direito violado, mas que apontava para a construção de um novo modelo. O treinamento fazia com que os militantes se sentissem «soldados da América Latina», integrantes de um grande projeto:

«Toda a América Latina estava convulsionada, pois os países que ainda não estavam sob as ditaduras viviam o rápido encurtamento da democracia. A idéia de uma revolução latino-americana vinha de longe, talvez desde Simon Bolívar. Era um plano global, onde cada um cuidava de seu país sob uma certa coordenação de Che Guevara. O desencadeamento da insurreição se daria em vários pontos e num mesmo período de tempo»^{lxii}.

A mística que envolvia o treinamento era mútua, criando também uma expectativa por parte dos cubanos em relação aos militantes que chegavam, recebidos como revolucionários de países *hermanos*, que voltariam para fazer a revolução^{lxiii}.

Sobre a «eficiência» do curso, Capitani acredita que dependia muito da origem social, do fato de ter ou não alguma «experiência prática». A turma era formada pelos marinheiros e sargentos que estavam no Uruguai e mais outros vindos do Brasil. Só posteriormente, como veremos, as turmas foram, basicamente, de militantes originários da classe média. Sendo de origem rural, nascido e criado nas montanhas do Rio Grande do Sul e, além disto, militar, não teve dificuldades em acompanhar as atividades, que, no entanto, não

acrescentavam muito ao que já sabia. Ainda assim, e apesar das limitações, ficou «bastante satisfeito». Mas concluí:

«curso nenhum capacita ninguém a fazer guerrilha sob o aspecto político. Capacita tecnicamente. As condições políticas têm que existir no país, no local onde se está fazendo a guerrilha. Isto foi um dos problemas da guerrilha, do foco. Deu uma supremacia à questão técnica em detrimento da opção política, que é fundamental, é o essencial. Sem a questão política a gente vira pára-quedista. Eu me senti um pára-quedista na Serra de Caparaó. Um elemento estranho naquela região. Não tinham as menores condições políticas. Não se conseguia recrutar ninguém naquela região. (...). Treinamento nenhum resolve esta questão»^{lxiv}.

Em outubro de 1966, os 14 homens se instalaram na Serra de Caparaó, onde passaram cinco meses, isolados da população local e enfrentando todo tipo de dificuldades. Entre os guerrilheiros, cinco tinham treinamento em Cuba. E, em início de abril de 1967, sem ter havido nenhum embate com as forças inimigas, caía o foco *mais promissor* de Brizola. Em condições muito precárias, mal-alimentados, isolados, alguns doentes, psicologicamente debilitados, os guerrilheiros foram presas fáceis da Polícia Militar de Minas Gerais. O Exército, logo avisado, mobilizou cerca de dez mil soldados para enfrentá-los. A Aeronáutica enviou dezenas de aviões. O CENIMAR também esteve presente nas operações^{lxv}. Todos foram presos e condenados, inclusive os articuladores no Rio de Janeiro, Amadeu Rocha e Bayard Boiteux. Diante desta situação, no inverno de 1967, Brizola deu ordens para desmobilizar o que havia do foco de Imperatriz^{lxvi}.

Hoje, parece difícil entender um projeto que previa subverter um país, com as dimensões do Brasil, a partir de quatorze homens, embora, em tese,

articulados a outros focos - dentro e fora do território nacional -, mas que também não contariam com muito mais militantes. No entanto, a desproporção entre as forças inimigas, vista na repressão a Caparaó, por si só, é significativa e nos ajuda a compreender a importância que foi dada a guerrilha, tanto por segmentos da esquerda como pela direita, superdimensionando sua capacidade de subverter a ordem.

A Guerrilha de Caparaó, tal qual a experiência de Che Guevara e seus guerreiros na Bolívia, jamais conseguiu apoio da população local. Ao contrário, a presença dos estranhos despertou as suspeitas e levou a denúncias.

A chegada dos guerrilheiros à Serra de Caparaó - outubro - coincidiu com a ida de Che para a Bolívia, em 19 de outubro de 1966 (entrou no país em 7 de novembro). O grupo de guerrilheiros preparado para implantar a guerrilha, que sublevaria o continente, partiu em grupos até dezembro. Benigno, integrante da missão, chegou em dezembro. A escolha da Bolívia foi feita em março de 1964, por Guevara. Até dezembro de 1967 a luta armada irromperia em vários países da América Latina, inclusive no Brasil^{lxvii}.

Moniz Bandeira dá informações que podem corresponder às tentativas de articulação das lutas no Brasil com o projeto de Che. Em novembro de 1966, por exemplo, exatamente quando *começava* Caparaó, Guevara teria ido a Montevideu e encontrado Brizola. Benigno diz que o trajeto de Che foi Havana, Moscou, Praga, Paris, Rio de Janeiro, Corumbá, Cochabamba e La Paz^{lxviii}. Capitani afirma

que o coronel Dagoberto Rodrigues, do MNR, acompanhou Che do Uruguai à Bolívia^{lxi}. Nesta mesma época do possível contato de Che com Brizola, teria havido o encontro de Che, em São Paulo, com Carlos Marighella e Joaquim Câmara Ferreira, dirigentes da ALN. Capitani atesta, ainda, que o foco do Mato Grosso, comandado por Marco Antônio da Silva Lima, e a frente fronteira tinham a função de manter a ligação com Che e outra frente no norte do Paraná manteria a conexão nas fronteiras^{lxx}. Não fica claro, no entanto, como se daria esta ligação. A própria escolha de Caparaó pode ter a ver com as articulações com Cuba. Moniz Bandeira tem informações de que o local havia sido estudado para a implantação do foco com militantes das Ligas Camponesas desde 1963 e que a POLOP tentou fazer foco aí em 1964, depois do golpe, com sargentos e marinheiros, mas o plano foi abortado^{lxxi}. Paulo Schilling, no entanto, é categórico ao afirmar que a escolha da região de Caparaó foi exclusiva das lideranças do MNR e Cuba jamais opinou sobre a localização. Ficaram até muito surpresos quando souberam da presença de Che na Bolívia. Garante que não havia nenhuma articulação com os outros focos que estavam sendo preparados na América Latina, nem mesmo sabiam disto. Bayard Boiteux, também desconhece as relações de Brizola com o plano maior de Guevara para a deflagração dos vários focos na América Latina. Segundo seu depoimento, Caparaó foi uma iniciativa exclusiva de brasileiros^{lxxii}. Flávio Tavares lembra que a localização não era, a princípio, Caparaó, e sim o norte do Rio Grande do Sul e sudoeste de Santa Catarina. A mudança ocorreu no inverno de 1965, devido à queda do subcomandante do foco^{lxxiii}. Em todo caso, Benigno narra que a região de Ñancahuazu, a leste do país, onde Che tentou implantar o foco na mesma época,

«...reunia todas as condições para ser utilizada como campo de treinamento para os cento e vinte bolivianos que deviam se encontrar lá, ao mesmo tempo que argentinos, peruanos e brasileiros. Estes não podiam ser treinados em Cuba, pois neste momento só se podia encaminhá-los para a Ilha passando pela Europa. Assim, procurou-se um lugar na Bolívia, país limítrofe do Peru, do Paraguai e do Brasil, que se prestasse à preparação de numerosos combatentes a custos menores. Depois do ataque a um quartel de Sucre, previsto para 26 de julho de 1967, os argentinos passariam para a Argentina com Che, os peruanos para o Peru com Hugo Blanco etc. Pensava-se que no fim de 1967 toda a América Latina seria afetada pela luta armada. Havia, de fato, muitas forças um pouco em todos os lugares e o projeto cubano de estender a guerrilha a todo o subcontinente não era tão ruim»^{lxxiv}.

A escolha da região de Caparaó revelou-se um equívoco, da mesma forma que foi a da região de Ñancahuazu, a leste da Bolívia, onde Che tentou implantar o foco na mesma época. Nem uma nem outra tinha uma realidade de conflitos sociais.

Quanto a Caparaó, Capitani constata:

«O local fora escolhido somente por razões técnicas, e se levássemos em conta as condições políticas, jamais poderíamos ter definido aquela área como área de guerrilha. Era uma região muito montanhosa e com boas condições geográficas e por isso era considerada como uma das áreas quentes pelas Forças Armadas. Nós tínhamos a desvantagem de não ter qualquer trabalho político na área e seria muito difícil constituí-lo porque na região não havia grandes conflitos. Economicamente, estava em decadência e não possuía massa de trabalhadores. Na maioria, eram minifundiários».

E adiante:

«Uma das principais condições para a viabilidade de uma frente guerrilheira numa região é a tradição de luta política ou existência de um trabalho político organizado. Uma das duas é indispensável para garantir o apoio

material e humano à guerrilha. Nenhuma existia. Só as condições geográficas eram favoráveis, mas passaram a ser secundárias, levando em conta as condições gerais»^{lxxv}.

Uma vez que Leonel Brizola e Neiva Moreira recusam-se a falar sobre Caparaó, assim como Clodomir Moraes sobre as Ligas Camponesas, a reconstrução da história do apoio de Cuba à luta armada é limitada, ficando difícil saber se seus projetos estavam - e como estavam -, de fato, articulados ao de Che Guevara^{lxxvi}. As informações são contraditórias e, provavelmente, apenas estes dirigentes poderiam esclarecê-las. Tanto tempo depois, por que é impossível obter de seus principais articuladores o testemunho das relações dos dois movimentos com o governo cubano? Talvez a mística em torno das relações com Cuba tenha sido tão intensamente vivida que ainda hoje teima em sobreviver, condenando a história ao silêncio, perpetuando-a como algo *impronunciável*.

3 - A ALN (Ação Libertadora Nacional), o Grupo da Ilha, a VPR (Vanguarda Popular Revolucionária), o MR-8 (Movimento Revolucionário – 8 de Outubro)

A terceira e última fase do apoio de Cuba à guerrilha no Brasil foi a partir de 1967. Como sabemos, este ano foi marcado tanto pela Conferência da OLAS, em julho e agosto, grito de guerra do projeto de *exportação da revolução*, como pela derrota do projeto do Che Guevara na Bolívia, em outubro, a partir da qual Fidel Castro teria se concentrado na construção do socialismo em um só país, sustentada na URSS. No Brasil, em abril, já havia caído Caparaó, levando, em

seguida, à desmobilização do que havia para a implantação dos outros focos do MNR.

Com a sua presença na Conferência da OLAS, Carlos Marighella rompia com o PCB e aproximava-se de Cuba, dando início à nova fase do apoio dos cubanos à luta armada no Brasil. A opção de Marighella confirmava o caminho que outros militantes - novos e antigos - vinham tomando, desde 1961, quando foi formada a ORM-POLOP (Organização Revolucionária Marxista-Política Operária), primeira organização marxista-leninista, entre várias que surgiram nos anos seguintes, combatendo a linha do PCB de rejeição à luta armada.

Em geral, tem prevalecido a interpretação segundo a qual a repressão brutal, em 1968, sobretudo no primeiro semestre, aos movimentos sociais que conseguiram ganhar fôlego depois da perseguição que se seguiu ao golpe, teve um importante efeito mobilizador para a luta armada. Os episódios daquele ano evidenciavam a impossibilidade de se fazer um trabalho de massas. Restavam a clandestinidade e a luta armada. Embora esta interpretação contextualize o fluxo dos militantes neste sentido e o aumento das ações guerrilheiras, acaba centrando a explicação mais na repressão, limitando a compreensão da trajetória que segmentos da esquerda vinham fazendo bem antes de 1968, como vimos no caso do MNR, e até mesmo antes de 1964, nas Ligas Camponesas.

É nesta fase, a partir de 1967-68, que a maior parte dos brasileiros foi treinar em Cuba. Embora o governo cubano tenha visto Carlos Marighella como a principal liderança da revolução brasileira e a ALN a organização com mais condições de fazer a luta armada, outras organizações de vanguarda também receberam apoio, que significava, então, treinamento.

A ALN foi a organização que mais enviou militantes para o treinamento. Em setembro de 1967, foi formada a primeira turma, chamada de I Exército da ALN, que treinou 16 militantes até julho de 1968, e, em seguida, formaram-se o II Exército (30 militantes treinados entre julho de 1968 e meados de 1969), o III (33 militantes treinados entre maio e dezembro de 1970) e o IV (13 militantes treinados entre fins de 1970 e julho de 1971)^{lxxvii}. Os Exércitos da ALN incorporavam também militantes de outras organizações. Na verdade, chamar estas turmas, formadas por algumas dezenas de guerrilheiros, de Exército parece, por si mesmo, uma supervalorização do treinamento.

Sérgio Granja, da ALN, treinado no II Exército, lembra:

«O Marighella estava querendo montar um pessoal que continuaria a luta, montar os capitães. A idéia dos capitães. No exército, você tem que ter capitães, porque o capitão você promove depois a coronel, general para comandar o exército. O capitão é fundamental para enquadrar os soldados, para se ter uma estrutura de comando. São os quadros médios. Então, a idéia era esta: montar os capitães da guerrilha, o pessoal que seria os quadros médios...»^{lxxviii}.

O treinamento era, basicamente, o mesmo para todas as organizações e não se diferenciou muito daquele feito pelo MNR. Ou seja, os militantes ficavam por um período de cerca de cinco meses, no Ponto Zero, um quartel do exército, próximo a Havana, onde passavam toda a semana. Aí, tinham instruções e prática de tiro, aprendiam fórmulas de explosivo e a montar e desmontar armas. Nos finais de semana iam para a capital. O segundo momento do treinamento era na serra, em Pinar del Rio, no ocidente, para onde os militantes eram deslocados e alojados em acampamentos preparados para este fim. Faziam exercícios militares

e de sobrevivência, marchas, tiro, tática, manobras, recebiam noções de topografia^{lxxix}. O treinamento culminava em uma simulação, onde os guerrilheiros enfrentavam militares do exército cubano.

Outros treinamentos também eram oferecidos como de enfermagem e estado-maior. No dossiê do Ministério do Exército, fala-se em «cursos de armamento, fotografia, imprensa, enfermagem, inteligência, instruções revolucionárias e explosivos»^{lxxx}.

Segundo os depoimentos, os jovens da classe média urbana encontravam muitas dificuldades para acompanhar as atividades físicas e o treinamento é lembrado como um esforço penoso^{lxxxi}. «Todo mundo saiu com uns dez quilos a menos do treinamento», lembra Mário Japa. Em geral, se fala que os militantes de origem rural, a minoria, e os militares de baixa patente - sargentos, marinheiros e fuzileiros navais - se sentiam mais à vontade e conseguiam realizar mais facilmente os exercícios. Para Mário, no entanto, que era da VPR, organização com mais militantes de extração social popular - ex-militares, operários – esta avaliação não é exata, pois, em contrapartida, se tratava de um pessoal mais velho, em relação aos jovens da classe média urbana^{lxxxii}.

Os militantes eram escolhidos e encaminhados por suas organizações para Cuba. Saíam do país clandestinos pela fronteira ou legalmente com passaporte para um país da Europa ocidental. Depois, passavam, em geral, por Moscou e Praga, para, então, com passaporte cubano, chegarem a Cuba. Outra possibilidade era ir, diretamente, para a Itália. Alguns militantes falam que, em Roma, os contatos eram feitos através da embaixada cubana^{lxxxiii}. Outros que, aí, o suporte dos guerrilheiros a caminho de Cuba era o Partido Comunista Italiano,

onde uma ala apoiava a ALN^{lxxxiv}. Chegando à Ilha, eram recebidos por agentes do governo, ganhavam codinomes e ficavam alojados na cidade em *aparelhos*, aguardando as instruções para o início do treinamento.

Muitos presos trocados por diplomatas seguiam para Cuba para fazer o treinamento, como «um caminho quase natural», como disse Mário Japa, libertado em troca do cônsul japonês, em março de 1970^{lxxxv}. O próprio dossiê do Ministério do Exército inclui, de antemão, os nomes dos banidos, ao menos como suspeitos de terem feito o treinamento^{lxxxvi}. Se preparar para a volta ao Brasil para se reincorporar à luta era uma espécie de compromisso moral com aqueles que, por meio de uma ação revolucionária, os haviam libertado. Ter o nome incluído na lista de pessoas a serem libertadas significava, em geral, ser considerado importante para a revolução. Este sentimento de dívida, entre os banidos, é freqüente nos depoimentos^{lxxxvii}.

Mário Japa conta que, quando os 40 presos políticos trocados pelo embaixador alemão chegaram à Argélia, em junho de 1970, estava em Cuba e os cubanos lhe pediram para ir a Argel e, em seu nome, convidá-los para o treinamento. Ao chegar, algumas pessoas do grupo o acusaram de «ter virado agente cubano»: «Criou-se uma tal situação que os cubanos acabaram mandando uma pessoa para fazer, oficialmente, o convite»^{lxxxviii}.

Quanto à volta, os cubanos monitoravam os militantes apenas até a Europa e, em um segundo momento, até o Chile. Assim, a entrada no Brasil ficava a cargo, exclusivamente, das organizações preservando, assim, a segurança.

Uma discussão inevitável vem à tona quando se trata do treinamento: seria ele capaz de preparar os militantes para o enfrentamento? Esta discussão se

desdobra em outras que são, na verdade, mais importantes. No quadro de supervalorização da ação, onde muitas vezes a questão técnica, de preparo militar podia mesmo alçar o militante à posição política, a avaliação da *eficácia* do treinamento podia ser distorcida. Valorizando o treinamento, os militantes valorizavam a si mesmos e a organização à qual pertenciam.

De um modo geral, os militantes das várias organizações valorizavam o treinamento. Segundo Domingos Fernandes, da ALN, treinado no IV Exército, que reuniu militantes da ALN e do MR-8, havia mesmo um orgulho de fazer parte do treinamento, de estar em contato com os cubanos:

«as pessoas iam para Cuba achando que voltariam como comandantes guerrilheiros. (...) Tinha muita mitologia sobre isso, porque os cubanos passaram uma idéia para as organizações da América Latina que você ia lá, passava um período, fazia um treinamento e voltava meio Che Guevara, meio comandante...»^{lxxxix}.

No entanto, Daniel Aarão Reis Filho, também do IV Exército, afirma que as condições do treinamento que, supostamente, os colocariam no ambiente e nas situações de uma guerrilha foram decepcionantes e despertaram críticas entre militantes do MR-8, organização da qual fazia parte:

«Nós fomos para lá acreditando que íamos encontrar um treinamento que nos desse as condições próximas às que teríamos na guerrilha rural no Brasil. Mas nada disso ocorreu. Nós ficamos num barracão de madeira, onde havia uma cama para cada um, era uma coisa rudimentar, mas havia. As refeições eram todas servidas por caminhões do exército. Até para tomar banho, tinha um cano... era um acampamento! Nós protestamos contra isso. Tentamos ganhar os cubanos para o fato de que nós queríamos dormir no mato todos os dias, por mais que isso fosse terrível...Porque aquilo ali era uma brincadeira. O próprio Zé Dirceu [da

ALN] dizia que o treinamento era um teatrinho de guerrilha e o pior, um vestibular para o cemitério»^{xc}.

Para Daniel, bem intencionados, os instrutores eram primários do ponto de vista teórico e político. «A formação política dos instrutores era um negócio horrível», também lembra Domingos Fernandes:

«O Vladimir [Palmeira], que era do nosso grupo [IV Exército da ALN], conta uma história real, uma piada, mas, na verdade, uma piada de uma realidade: um instrutor chegou e começou a falar sobre o marxismo e tal. Então o Vladimir perguntou: “mas, companheiro, o que é o marxismo?”. O Vladimir é um sacana...Então, o instrutor falou: “marxismo...bueno, marxismo, bueno, ... marxismo é del caralho!” Quer dizer, ele não tem explicação, a formação política do, vamos chamar, exército cubano, do Partido Comunista cubano é uma piada»^{xc}.

Longe da realidade que encontrariam na guerrilha, até as marchas eram em trilhas. Apenas uma vez, havia um exercício com duração de 24 horas, procurando se aproximar das condições reais: a chamada marcha da sobrevivência. Na ocasião, deixava-se o acampamento com as mochilas vazias e era preciso comer frutas, caçar, pegar água nos riachos, dormir ao relento: «Esse dia foi realmente terrível. Se a gente tivesse feito todo o treinamento nessa base, de duas uma: ou a gente não teria agüentado ou teria realmente adquirido uma certa familiaridade com aspectos sérios de uma guerrilha rural»^{xcii}.

Militantes do MR-8 acabaram convencendo a direção de que o treinamento era dispensável, decidindo que os banidos que haviam chegado ao Chile em janeiro de 1971, não o fariam, causando-lhes enorme decepção:

«A gente achava que não valia à pena, que era perda de tempo e consolidou a linha de que o treinamento sério seria montar sítios no Brasil,

onde as pessoas ficariam seis meses de mão na enxada. (...). Aquele treinamento, na melhor das hipóteses, dava uma visão crítica do foquismo cubano, na pior, dava a ilusão que você sabia fazer a guerrilha rural »^{xciii}.

Se na época chegou a haver uma visão crítica do treinamento, foi no IV Exército, a última turma. Nos anteriores, como atesta Sérgio Granja, não havia qualquer questionamento neste sentido^{xciv}. No IV Exército, os próprios militantes da ALN, decidiram não fazer o «treinamento final», culminação do trabalho de meses:

«...a gente decidiu não fazer o treinamento final, que era o maior besteiro do mundo: durante quinze dias, jogavam as pessoas e o exército cubano, treinadíssimo, conhecendo perfeitamente aquele espaço físico... ficava correndo atrás da gente e a gente com aquelas porcarias daqueles fuzilinhos vagabundos dando tiro de estopa e os caras nos matando, quer dizer, nos matando entre aspas, aquela brincadeira. Eu falei: “não vou fazer isso”. Então, reuni o grupo da ALN e o pessoal da ALN decidiu não fazer...»^{xcv}.

Na VPR, no entanto, não havia críticas ao treinamento. Pelo contrário, como avalia Mário Japa:

«...era um negócio hierárquico, não tinha que discutir. (...)Treinamento era obedecer, treinar para obedecer. O MR-8 questionava mais. Os cubanos se queixavam deles. (...). Não se discutia a teoria do foco. Para quem estava lá, isto já estava resolvido. Esta discussão continuava no MR-8, talvez entre alguns da ALN. Mas não na VPR»^{xcvi}.

O apoio de Cuba à luta armada no Brasil, nesta fase, como vimos, se restringia ao treinamento, inclusive no que se refere à ALN. No entanto, Cuba chegou a enviar, em um momento, uma quantia de dinheiro para a organização e, o que é mais importante, propôs à organização, em meados de 1973, a execução de um plano de entrada no país de guerrilheiros cubanos e brasileiros para fazer a guerrilha, como veremos adiante. A ALN também chegou a receber, em uma

ocasião, uma quantia de dinheiro da Coréia do Norte^{xcvii}. No entanto, fora estas exceções, o apoio não significava dinheiro. Domingos Fernandes conta que saiu de Cuba, praticamente, apenas com os dólares equivalentes à passagem de Roma para Santiago do Chile. Em Roma, contou com o pintor Joan Miró, que vivia na cidade e «tinha uma simpatia pela guerrilha, pela revolução latino americana». Miró vendeu desenhos seus para conseguir dinheiro para «um guerrilheiro que voltava para a América Latina»^{xcviii}.

Como Cuba *apoiava preferencialmente* a ALN, as relações de Marighella com o governo cubano foram, em um certo sentido, mistificadas pela repressão e, até certo ponto, pela própria esquerda. Haveria uma certa subordinação do líder brasileiro às orientações dos cubanos. Provavelmente, a própria presença de Marighella na Conferência da OLAS e a preferência dos cubanos, por si só, levaram a esta suposição. Na verdade, segundo os depoimentos de militantes da ALN que passaram pelo treinamento e que tiveram contato com Marighella, a situação era outra. Apesar das relações com Cuba, Marighella teria uma visão da revolução bem diferente do modelo foquista. Seria um longo processo e dependia de uma complexa rede que apenas começava a ser tecida. A própria organização criada por ele não passaria de uma peça do grande quebra-cabeças. Domingos Fernandes:

«Ele tinha contatos no Brasil inteiro. O Marighella não achava que quem faria a revolução seriam esses grupos que tinham organizado na ALN. Ele achava que em um determinado momento iria haver uma conflagração geral. Vários militares da ativa, com quem ele tinha contatos, iriam passar para o outro lado e se estabeleceriam um processo insurrecional. Esse processo insurrecional iria dar condições objetivas para se criar um tal

exército de libertação... (...) ...ele era uma liderança nacional, até internacional, conhecido, tinha carisma...(...)».

E adiante:

«O Marighella não achava que devia organizar tudo, ... (...) Era tudo organizado com ele. Tanto que quando o Mariga morreu...(...) ...a desorganização era muito grande, mas era uma desorganização premeditada, tudo estava sendo organizado dessa maneira. E o Mariga não largava nada. Uma pessoa chegava nele, ..., ele ia lá, pegava, ligava com pessoas. Para ele, tudo isso fazia parte de um enredo que não estava pronto...»^{xcix}.

Assim, Marighella via o treinamento como uma possibilidade de preparação dos guerrilheiros e devia ser aproveitada. Ir lá, fazer o treinamento e voltar. Considerava Cuba uma «retaguarda estratégica»^c. «Para o Marighella, esse negócio de Cuba era o seguinte: bota as pessoas lá, elas aprendem a atirar e manda de volta. (...) O sentido que ele dava a esses cursos era isso. Não tinha nenhum sentido político-militar», acredita Domingos^{ci}.

Evidentemente, havia uma relação de apoio e compromissos foram feitos, mas Marighella sempre teria defendido a independência da organização em relação a qualquer interferência dos cubanos^{cii}. Em alguns momentos, a resistência às ingerências se traduziu em tensão, sobretudo depois do assassinato de Marighella, em novembro de 1969. Joaquim Câmara Ferreira, que assumiu, então, a direção, teve mais dificuldades de defender a independência da organização, apesar de esta ser a orientação que, por princípio, devia prevalecer.

No entanto, os cubanos sempre tentaram intervir na ALN, o que significava, então, influenciar os rumos da revolução brasileira. Como por exemplo, designar *comandantes*, à revelia da organização. O próprio Marighella nunca atribuiu o papel a ninguém. Segundo Carlos Eugênio Sarmiento Coêlho da Paz, comandante

militar da ALN no Brasil, estes *comandantes* eram cooptados através de um *jogo de sedução*: valorização de supostas qualidades guerrilheiras, privilégios materiais, convites para recepções oficiais de embaixadores de países socialistas, presença nos palanques das festas oficiais ao lado de dirigentes partidários, inclusive Fidel Castro, e até mesmo facilidades de acesso ao líder revolucionário, fazendo-os crer em uma amizade. Diante de tal tratamento, orgulhoso da condição de comandante da revolução do maior país da América Latina, convictos de que os cubanos só podiam ajudar, o militante acabava passando informações reservadas à organização ao governo. Esta situação contrariava as orientações da organização, com base nas posições de Marighella. «Na prática, os cubanos infiltravam a organização», considera Carlos Eugênio Paz^{ciii}. Os *comandantes fabricados* jamais foram aceitos pelos companheiros, em Cuba e no Brasil, que os desprezavam simplesmente. Um dos casos mais polêmicos foi o do «comandante Raul», treinado no II Exército, alçado à condição de comandante da organização e preparado para voltar ao país para *liderar* a luta. Sérgio Granja conta que Marighella teria ficado revoltado com a designação e decidido não enviar mais ninguém para o treinamento, mas logo em seguida morreu:

« A ALN não era... não queria ser um braço armado da política externa cubana. Nós nos considerávamos aliados da política externa, não subordinados a Cuba. Agora, tinham outros companheiros que não, que achavam que era natural a liderança dos cubanos, como o pessoal ligado ao Raul»^{civ}.

A escolha teria sido feito não em função de critérios militares ou políticos, mas por ser uma pessoa mais receptiva às interferências dos cubanos. Sem

respaldo entre os brasileiros, o *comandante Raul* chegou a entrar no Brasil. Trazia, inclusive, uma quantia de dinheiro, ao que parece, único momento em que, nesta fase, houve este tipo de apoio de Cuba, como vimos. Em pouco tempo, Raul teria se assustado com os rumos que a realidade tomara, desde o momento em que havia partido do Brasil. Com o peso da responsabilidade que lhe atribuíram e sem reconhecimento da condição artificialmente criada, desistiu da luta. Acabou pedindo asilo político à Suécia, pois não havia nenhuma condição de voltar para Cuba, onde foi considerado traidor. Domingos Fernandes: «Eu fui sondado pelos cubanos que estavam a fim de matar esse cara, porque ele traiu os cubanos. Ele saiu de Cuba para voltar para o Brasil para ser o grande comandante da ALN. Chegou aqui e voltou. Ficou na Europa, foi para a Suécia, em um total desbunde no sentido pessoal»^{cv}. Carlos Eugênio Paz conta que Raul jogou por cima do muro da embaixada cubana na Suécia o dinheiro^{cvi}. Outros dizem que o dinheiro não foi devolvido.

As tentativas de interferir nas organizações também se revelavam no controle das informações e dos contatos entre militantes, de acordo com os interesses do governo:

«a gente não sabia onde estavam as pessoas e eles não facilitavam... a gente queria conversar com fulano, beltrano, a maior dificuldade. (...) Eles falavam de segurança. Ali tinha todo um negócio dos *gusanos*, as pessoas que vinham de Miami e ficavam nesse entrave. Então poderia haver atentados. Não estou dizendo que não houvesse isso, porque havia realmente. Cuba é muito próximo de Miami, então não havia dificuldades de pessoas chegarem, atravessavam o canal e chegavam a Cuba. Mas isso era uma desculpa. Na verdade, o que eles queriam era ter o controle das organizações. Eu não tenho dúvidas disso. Nenhuma»^{cvi}.

Responsável pela VPR junto ao governo cubano, Mário Japa identifica Manuel Piñeiro, chefe do serviço de segurança e inteligência do Ministério do Interior, como o principal articulador do treinamento: «tudo dependia dele», lembra^{cviii}. Para Mário Japa, as análises que buscam compreender a posição do governo cubano quanto ao apoio à guerrilha na América Latina ficam sem sentido devido à maneira peculiar de atuar:

«as relações eram muito na base da confiança, das relações pessoais, flexíveis. Não era uma linha fixa, que apoiava ou não. Os cubanos são muito particulares, sem muita coerência. Assim, as análises ficam sem sentido. Diante de uma situação, pensam... Apoiam ou não sem ter a ver com uma linha previamente definida. O treinamento mesmo era feito por um grupo, sem ser do PC, sem ser uma linha do PC. Era diretamente ligado aos esquemas de segurança cubano do Manuel Piñeiro, chefe da inteligência, tratado diretamente com ele, que comandava todo o esquema de treinamento»^{cix}.

Neste mesmo sentido, Domingos Fernandes afirma:

«Eles [os cubanos] gostavam de ajudar [ajudar à revolução na América Latina], mas que tudo fosse pelos corredores da clandestinidade. Havia uma coisa surda entre os que se consideravam revolucionários e aqueles que tocavam o país. Você sentia que não era uma coisa só: os que cuidavam do Estado cubano, do futuro, eram pessoas mais preocupadas com a relação da URSS, que dava muito apoio econômico...; e os caras que esses chamavam de porra-loucas, que davam assistência às guerrilhas latino-americanas»^{cx}.

Mesmo considerando o treinamento guerrilheiro como responsabilidade do serviço secreto de informação, é difícil imaginar como seria possível realizá-lo, para toda a América Latina, à margem do Partido. A política de *exportação da revolução* era, antes de tudo, uma decisão de governo. O próprio Manuel Piñeiro

era dirigente do Partido, como não poderia ser diferente. O fato de, concretamente, o treinamento seguir uma lógica baseada em relações pessoais e coisas do gênero faz parte da maneira como Cuba, com sua cultura e suas tradições, vivenciou a construção do socialismo, cujas diretrizes eram decididas nas instâncias superiores.

As tentativas de interferência do governo cubano na revolução brasileira levou a um dos episódios mais trágicos da história da luta armada no Brasil: a volta do chamado III Exército da ALN, massacrado pela repressão.

Estes guerrilheiros treinaram, como membros da organização, entre maio e dezembro de 1970. No ano seguinte, ainda em Cuba, discordando dos rumos da organização, cindiram. Neste processo, receberam total apoio do governo.

Esta história ainda está pouco esclarecida. Assim, como nas tentativas de implantação da guerrilha pelas Ligas Camponesas e pelo MNR, pessoas diretamente envolvidas no caso, recusam-se a falar. Algumas assumem o silêncio não pelos mesmos motivos dos dirigentes das Ligas e do MNR, mas porque contar esta história é reviver o pesadelo, é sofrer de novo. Outras não a contam porque seria comprometer seu passado e, às vezes, seu presente. É melhor calar. Mais uma vez, prevalece a força de uma história *impronunciável*.

O grupo ficou conhecido como o Grupo dos 28 ou o Grupo da Ilha ou, ainda, Grupo Primavera.

No dossiê do Ministério do Exército, constam os nomes de 33 pessoas, no III Exército da ALN, incluindo 7 banidos (José Dirceu de Oliveira e Silva, inclusive) e mais Franklin Martins. Ou seja, o Grupo da Ilha foi formado pelos militantes do III Exército, menos Franklin e os banidos (mas incluindo José Dirceu): 26

militantes^{cx*i*}. Em seguida, integraram-se Carlos Eduardo Fleury e Jeová Assis Gomes, banidos em junho de 1970, somando-se, portanto, 28 guerrilheiros. A cisão, em 1971, parece ter sido liderada por Lauriberto José Reyes, Antonio Benetazzo e José Dirceu.

A principal crítica à ALN recaía no seu militarismo, que a havia levado ao total isolamento da sociedade. A proposta então era, sem abandonar as ações nas cidades, investir em um trabalho na área rural. Não se tratava, no entanto, de «um recuo em relação ao que se fazia, à ação militar. Isso nunca foi questionado, nem por eles que estavam chegando nem por nós que estávamos aqui. A idéia era de que não se podia ficar restrito a isso, como já vinha acontecendo com a ALN», lembra José Carlos Giannini, militante da ALN, que aderiu ao Grupo no Brasil^{cx*ii*}. O que estes militantes não compreendiam é que o isolamento da ALN não era decorrência de uma opção política, mas do próprio isolamento da luta armada, uma vez que a sociedade jamais se identificou com este projeto. Neste sentido, é bem sintomático o fato de que, na medida em que os militantes voltavam, a partir de fins de 1971, e se inseriam na realidade da luta armada em um momento em que a repressão estava organizada e a pleno vapor, acabavam reproduzindo, exatamente, a prática da ALN. A repressão registra a aparente contradição, igualmente sem compreender que, na verdade, não se tratava de contradição e sim do imenso isolamento da luta armada, que impulsionava neste sentido. Um documento do Ministério do Exército, 4ª RM, específico e detalhado sobre a nova organização - o Grupo dos 28 -, com o histórico desde Cuba, contata: «No entanto [apesar das críticas ao militarismo da ALN], após a cisão, tal grupo iniciou uma série de ações de caráter até mais violento que a própria ALN:

assaltaram e incendiaram várias Rádio Patrulhas, ônibus, mataram policiais etc., é responsável por mais de 20 assaltos em São Paulo»^{cxiii}. E analisa: «...conclui-se que o “racha” se deu mais por ansiedade de liderança do que pelas divergências táticas ou estratégicas»^{cxiv}. A realidade era tão esmagadora que nem houve tempo de se tentar um trabalho de massas. No segundo semestre de 1972, o Grupo já estava dizimado:

«O movimento de massa não passou de uma intenção, uma boa intenção, mas não passou disto. (...). Houve uma tentativa de ir para o campo, para Goiás,... Mas em nenhum momento teve fôlego para fazer isso. Sempre tentando se organizar, se estruturar e criar condições materiais mínimas, mas... aí começaram as prisões, as mortes»^{cxv}.

Se havia uma certa mística, tanto na esquerda armada quanto na repressão, em torno do treinamento e dos militantes que o fizeram, isto se acentuava ainda mais quando se tratava do Grupo da Ilha. Nos documentos produzidos pelos órgãos da repressão, há uma atenção especial em relação ao Grupo.

José Carlos Giannini, preso em janeiro de 1972, passou nove meses no DOPS de São Paulo, «período em que se matou muita gente desse grupo». Giannini lembra que «a idéia que os torturadores passavam é que era um grupo com alguma diferenciação em relação aos grupos anteriores. Diziam isto»^{cxvi}. Por quê? O que havia no grupo que o diferenciava dos demais? Havia um álbum específico do Grupo, que era mostrado aos presos:

«Tinha uma certa lenda que corria internamente à organização [a ALN, no Brasil] que esse grupo teria sido melhor preparado do que os

demais. (...) ... e nessa divisão lá em Cuba os cubanos teriam ficado mais próximos do pessoal dos 28. (...) ... o que eu estou te dizendo são coisas que eu ouvia, que se comentavam, enfim, não havia nada concreto. Nem sei se é verdade... Depois isso aconteceu também na cadeia, onde se tinha essa impressão. Ninguém sabia exatamente por que, mas havia essa idéia e era mais ou menos a idéia geral, de que Cuba teria ficado mais simpática a esse grupo. E aí, eventualmente eu associo com essa história de ter tido um treinamento melhor e isso ter chegado ao ponto de a própria repressão comprar um pouco essa versão também. Mas isso era absolutamente boato».

No entanto, mais adiante, o próprio Giannini afirma:

«Era uma situação que se vivia, um clima que existia mesmo de que essas pessoas teriam tido um treinamento diferenciado. Não necessariamente porque o governo cubano teria feito um treinamento diferenciado, mas talvez até mesmo por eles próprios que se julgavam bastante preparados. Então, poderia ter aí uma coincidência, ter um grupo mais tecnicamente, militarmente, predisposto, em condições de fazer um treinamento melhor. (...) O fato é que existia essa idéia de que esse grupo era um grupo diferenciado em relação aos demais»^{CXVII}.

Na verdade, o Grupo dos 28 parecia reunir tanto as condições físicas, que, no quadro de supervalorização da ação, em uma perspectiva militarista da revolução, era importante, quanto também um outro lado, militantes com preparo político e intelectual, como Antonio Benetazzo, José Roberto Arantes de Almeida, José Dirceu, Lauriberto Reyes. Reunindo estes dois lado, parecia completar a *deficiência* da ALN: a sobreposição da competência militar nas discussões políticas. Arthur Machado Scavone, também da ALN que aderiu ao Grupo no Brasil, acredita que a própria origem destes militantes, muitas lideranças no movimento estudantil, parecia apontar outro caminho que não aquele que a ALN vinha tomando:

«O movimento armado que fosse liderado por líderes de massa, dificilmente, se desvincularia da sensibilidade política com relação aos movimentos sociais, com o movimento popular. Esse pessoal tinha na carne, na pele, o vínculo com o movimento de massa, com a explosão dos movimentos sociais. Esse pessoal liderando o movimento armado deveria, provavelmente, trazer essa sensibilidade para o movimento armado que não havia mais. Quer dizer, eu acho que essa aposta não era errada, agora, o pessoal não sobreviveu...»^{cxviii}.

Cuba teria visto, «nesse pessoal, uma possibilidade de crescimento e de recomposição de uma guerrilha que estava se desestruturando por completo», avalia Arthur Scavone^{cxix}. Não se trataria de criar cizânia, mas apostar em um grupo capaz de crescer. «Comentava-se que o Fidel dava muita importância ao Fleury [Carlos Eduardo], tinha esperança nele e eles [o Grupo] teriam voltado para o Brasil um pouco à revelia dos acordos que Cuba tinha com a ALN. (...) Receberam documentação, apoio para voltar»^{cxx}.

Ainda assim, Cuba não apoiou com dinheiro. As pessoas chegavam aqui e tinham que contar com as ações de *expropriação* para montar a guerrilha, sendo que a maior parte dos integrantes do Grupo, quando saiu do Brasil, tinha pouca ou nenhuma experiência de luta armada^{cxxi}. No entanto, os órgãos de repressão, constantemente, afirmavam o contrário, como, por exemplo, no detalhado documento sobre a formação do MOLIPO, do II Exército:

«consta que recebe armas, dinheiro, orientação política-militar, treinamento e documentos do Partido Comunista Cubano. Isto parece verdadeiro pois o MOLIPO não tem praticado “ações expropriatórias” de dinheiro, armas e material logístico. Como se verificará adiante, suas ações mais comuns são “atentados a bomba”, atentados a empresas que oneram preços com imediata repercussão junto ao povo (em especial de transporte coletivo) e viaturas dos órgãos de segurança e, apesar disto, se mantém em “ação”, consumindo bens»^{cxxii}.

A cisão na ALN, que originou o Grupo dos 28, recoloca, mais do que em qualquer outra situação, a questão do mito da eficácia do treinamento. José Carlos Giannini e Arthur Scavone lembram que o Grupo se considerava muito bem preparado para a volta e o enfrentamento, sem nenhuma crítica à experiência^{cxxiii}. Sobre este ponto, Giannini tem uma interessante avaliação:

«pelo contrário, era [o treinamento] supervalorizado e, no entanto, muitas vezes faltava a essas pessoas o que faltaria para qualquer um: a vivência aqui. Uma coisa é você passar seis meses numa selva, como eles passavam lá, se ferrando, debaixo de chuva, comendo ou não comendo, atravessando rio, se perdendo na selva, ... mas no treinamento. Outra é você passar um mês aqui clandestino, sendo perseguido, tendo de enfrentar o dia-a-dia da ação. O treinamento é uma coisa, é uma simulação. Você assaltar um banco simulado é uma coisa, outra é você fechar duas avenidas e assaltar dois bancos de uma vez... Isso não tem o que substitua, isso é a prática. Isso o que te dá? Talvez até mais do que o preparo técnico, que é a condição da estabilidade emocional, da estabilidade psicológica que você precisa ter. Às vezes, você é um péssimo atirador, não sabe nem atirar com uma metralhadora, enfim, armar uma arma... Tinham pessoas que não tinham..., mas tinham uma vivência aqui de muitos anos ou quase isso e que você percebia como elas se comportavam em determinadas situações. Era só não dar uma arma na mão que podia fazer besteira, porque não sabia lidar muito, mas tinha toda aquela estrutura, já estava dentro do ponto de vista emocional e do auto-controle que uma situação limite dessa exige. E isso você não adquire em treinamento, não há treinamento no mundo que substitua isso. Você não tem essa tensão, esse risco real que você corre no enfrentamento, no combate. (...) Então, o fato de ter chegado de Cuba, de ter vindo com essa enorme preparação, que era real mesmo... A impressão é que, na verdade, acabava substituindo, na emoção e na cabeça, essa realidade aqui. Houve situações em que se via claramente isso, que aquilo naquele momento não serviu para nada. Isso daí é uma coisa que está coerente com a concepção militarista que permeava todas essas organizações, que valorizavam mesmo a ação, o enfrentamento, os exemplos cubano, do Vietnã... mas na época, ninguém questionava. Realmente era aquilo que tinha que fazer... Seria ótimo se todo mundo pudesse ter estado em Cuba e eu acho que foi uma armadilha na verdade: não resolveu o problema, porque o problema não se reduzia a isso, a preparar... e, na verdade, não por responsabilidade deles, mas acabou sendo uma sentença de morte»^{cxxiv}.

Assim, o treinamento em Cuba acabava tendo um efeito negativo: tirava o militante do dia-a-dia da luta, de uma realidade que mudava muito rápido. Ao voltar, ele desconhecia a dinâmica do combate, as novidades da repressão e não havia tempo para adaptar-se. Carlos Eugênio Sarmento Coêlho da Paz, que iniciou a militância em 1967, aos 17 anos de idade, e só saiu do país em março de 1973, sem jamais ter sido preso, tendo, portanto, vivido as mudanças dos anos de luta armada, dá um testemunho, no mesmo sentido do de Giannini:

«...houve uma evolução no nível de tensão. Inclusive essa evolução nos causou tremendos prejuízos. O companheiro saía para treinar em Cuba, em 1968, 1969, voltava em 71... Tem um companheiro nosso que chegou e o Câmara Ferreira o colocou em contato comigo. Na terceira vez que o encontrei, ele falou o seguinte: “olha, não dá, eu não consigo viver aqui, eu não vou conseguir viver essa vida. (...). Quando eu sai daqui era uma coisa e hoje em dia é outra”. Mas já tinha outro que não, topava e ficava, mas fazia uma besteira atrás da outra. Você chegava e dizia: “isso aqui não é mais 68 nem 69 não. Os caras usam essas táticas e isso e isso”. E o cara não entendia. (...) eles eram deslocados de uma realidade e eles não acompanhavam... O índice de sobrevivência de quem ficou aqui é muito mais alto do que o índice de sobrevivência de quem saiu e voltou, porque a gente ia acompanhando passo a passo... A tensão ia aumentando e você ia se escolando ali também, ia se adaptando dentro do meio. Agora, o cara saía em 68 e volta em 70, 71... O cara continua andando, achando que podia continuar andando nos lugares que andava antes. Achava que podia continuar a sair de noite para ir ao cinema. Achava que podia continuar fazendo uma porção de coisas que não podia mais fazer. Então, isso desarmava os espíritos das pessoas»^{CXXV}.

Domingos Fernandes acredita que o Grupo dos 28, formado sobretudo por uma parte de militantes que vinha da Dissidência do PCB de São Paulo, e que entrou na ALN, na verdade, nunca teria se integrado plenamente na organização, mas ao contrário, teria tentado manter uma organização dentro da organização^{CXXVI}. Esta avaliação é importante na medida em que relativiza o

suposto peso que os cubanos teriam tido na cisão, e recoloca a responsabilidade no próprio grupo, até como uma característica que lhe dava identidade desde o início, apesar de esta não ser a interpretação de Domingos. Ao chegar para o treinamento, teve contato com as lideranças da cisão, em Cuba, que lhe passaram a idéia de que estaria ocorrendo, com a cisão, uma espécie de depuração. Ou seja, na ALN havia de tudo e, naquele momento, surgiria uma nova organização de dentro dela, depurada. Domingos, assim como Carlos Eugênio, acredita que longe do Brasil,

«alheios ao que estava acontecendo», os integrantes do Grupo tinham uma avaliação completamente equivocada da realidade: «Nós [os presos políticos trocados pelo embaixador alemão] fomos soltos durante a Copa do Mundo [de 1970]! O que estava acontecendo com a gente era assunto de décima prioridade! Os caras estavam lá mais preocupados é com a riqueza que o país estava criando, com o “ame-o ou deixe-o”. Eles achavam que era possível numa coisa de artimanha, de artesanias, de engenharia política criar uma nova...e, claro, os cubanos incentivaram, financiaram essa porra toda».

Para Domingos Fernandes, o Estado cubano teve um papel importante na história que levou à morte a maior parte do Grupo. Acredita que até hoje haja muitos obstáculos para recuperá-la porque ainda há, da parte de algumas pessoas, uma dificuldade de criticar Cuba. Preferem não contar ou esconder certas passagens do caso.

Ao voltarem ao Brasil, a partir do início de 1971, os militantes do Grupo dos 28 (que já contavam com mais dois militantes que estavam em Cuba, mas que não pertenciam, inicialmente, ao III Exército) conseguiram *ganhar* outros companheiros da ALN que ficaram no país e se identificavam com as suas críticas

e propostas. Da união, surgiu o MOLIPO, Movimento de Libertação Popular^{cxxvii}. O justicamento de Márcio Leite de Toledo, em março de 1971, decidido pela direção da ALN, teria sido importante para o racha dos militantes no Brasil, radicalizando conflitos que já existiam: «esse caso foi considerado um assassinato. (...) Isto foi a gota d'água mesmo e coincidiu um pouco com a chegada dos 28»^{cxxviii}. Arthur Scavone, no entanto, não lembra que este episódio tenha tido importância na cisão dos militantes no Brasil^{cxxix}. Márcio Toledo, membro da coordenadoria nacional da organização, ele próprio treinado em Cuba, no II Exército, estava em contato com esse setor da ALN que iria originar o MOLIPO^{cxxx}.

Um documento do Centro de Informações da Polícia Federal, de 22 de dezembro de 1971, afirmava:

«essa dissidência [na ALN] se verificou ainda em CUBA, composta pela maioria dos militantes de uma turma de 28 terroristas que faziam cursos de guerrilhas. (...)

A causa dessa dissidência foi a discordância com a forma de atuar da ALN. ... a ALN de “CLEMENTE” [codinome de Carlos Eugênio Paz] não segue a “linha branda”. Uma das causas do “racha” foi justamente o fato da ALN estar dando ênfase especial a atos de terrorismo e relegando a um plano secundário o trabalho político. O “grupo da Ilha” aponta como erros principais de atuação da ALN:

- inexistência de uma política de quadros (não há seleção);
- militarização da Organização (esforço principal das ações armadas);
- trabalho de massa praticamente nulo;
- realização de ações armadas de repercussão política negativa (justicamento de MÁRCIO LEITE DE TOLEDO)»^{cxxxii} (grifos no original).

No Brasil, o MOLIPO - o Grupo da Ilha mais os militantes em cisão no Brasil -, criou um símbolo: o Cruzeiro do Sul, símbolo do Exército, dentro de uma alça de mira, símbolo da ALN, com um lema: «libertação ou morte». A idéia era ter uma marca para divulgar, para aparecer^{cxxxii}.

Na verdade, não é simples tentar recuperar a história de uma luta interna travada em uma organização clandestina que se preparava para voltar, com suas disputas de espaço e desconfianças mútuas. O apoio de Cuba a um racha na ALN não significava que deixava de apoiá-la, mas colocava em xeque sua condição privilegiada. Uma «subversão dos poderes de nossa organização», uma quebra no «acordo firmado entre nós e os cubanos [estabelecendo que] a volta dos companheiros era dirigida pela organização nacional»^{cxxxiii}. Militantes da ALN acreditam que o governo cubano, mais especificamente o serviço secreto, tenha incentivado a cisão: «o racha foi uma coisa criada pelos cubanos»^{cxxxiv}. Através da cooptação, que significava privilégios, conseguiram uma grande ascendência sobre estes militantes e, em última instância, enfim, sobre a ALN ou sobre uma organização originária da ALN. Carlos Eugênio Paz dá o tom do conflito:

«...teve um companheiro nosso que fez uma última tentativa quando conseguiu saber que, naquele dia, estava saindo a primeira turma que vinha para o Brasil. Tentou chegar à casa onde os caras estavam para tentar fazer uma última tentativa de demovê-los daquela aventura e os cubanos simplesmente o prenderam até o momento em que os caras saíram de Cuba. Chegaram a esse nível de gravidade. (...). Esse cara era da ALN, Argonauta Pacheco, O companheiro Takao Amano, ..., estava no Chile. Eles [os cubanos] retardaram a ida dele para Cuba, ..., ele querendo ir inclusive para tentar demover os companheiros dessa volta. Ele recebe uma carta do Fleuryzinho, o Carlos Eduardo Pires Fleury, ..., que era muito amigo do Takao Amano e manda uma carta para ele e ele percebe que o cara está embarcando naquela e tenta, fica tentando ir e os cubanos ficam segurando ele até que o MOLIPO inteiro saiu de Cuba e aí o deixaram ir para Cuba, para o cara não influenciar politicamente»^{cxxxv}.

A volta dos guerrilheiros do Grupo da Ilha foi dramática. À medida que chegavam, eram rapidamente pegos pela repressão e, em muito pouco tempo, o MOLIPO foi massacrado. Eram mortes anunciadas. Se a repressão havia

condenado todos os militantes que treinaram em Cuba à morte, no caso do Grupo dos 28 parece ter havido uma determinação ainda maior para dizimá-lo. Todos os que caíram do Grupo da Ilha foram mortos ou *desapareceram*. Sobreviveram apenas seis, jamais presos. Em setembro de 1972, o diretor da Divisão de Informação do SD/SAF difundia para outros órgãos da repressão e mandava arquivar um recorde do *Jornal do Brasil*, de 29 de agosto, com a manchete: «MOLIPO é desbaratado pelo DOPS paulista»^{cxxxvi}.

O massacre tem a ver com a ilusão que o treinamento dava de estar bem preparado para o confronto com a repressão. Se a maior parte dos que treinaram não voltou, no caso do Grupo dos 28, ocorreu o contrário: todos voltaram. E eles, mais do que qualquer outro grupo, tornaram verdadeira a previsão de José Dirceu: a ilusão levou à morte, «o treinamento como vestibular para o cemitério». Interessante notar, no entanto, que Dirceu, tendo, em 1970, esta avaliação do treinamento participou, intensamente, da cisão e da volta ao Brasil como integrante do Grupo dos 28. Em Cuba, mantinha estreitas relações com os cubanos^{cxxxvii}.

Como explicar a facilidade com que a repressão conseguiu localizar estes militantes? Ninguém tem uma resposta exata. O que há, na verdade, são suposições, possibilidades, suspeitas e, parece-me, episódios que são guardados a sete chaves e quem conhece não fala. A primeira explicação está centrada no Cabo Anselmo. Com o racha do Grupo, a volta dos guerrilheiros não se deu por intermédio da ALN. Os próprios cubanos se encarregaram de organizá-la e concretizá-la. Cabo Anselmo, com livre trânsito em Cuba, ele que já havia realizado em duas ocasiões o treinamento, estaria a par de todo o *esquema*,

como se dizia, da volta, entregando-o à repressão. Quando da volta do Grupo, o Cabo Anselmo já estava no Brasil. Nesta ocasião, a ALN já denunciava, em vão, a colaboração do Cabo Anselmo com a repressão, após o episódio do tiroteio, em maio de 1971, em São Paulo, quando Anselmo chegou a um *ponto* com o delegado Fleury e foi reconhecido por Carlos Eugênio Paz^{cxxxviii}. Outra explicação: nesta mesma época da volta do pessoal do Grupo da Ilha, houve a dissidência de um agente cubano do setor de inteligência^{cxxxix}. Este cubano era ligado, exatamente, ao treinamento de guerrilheiros latino-americanos, e teria passado as informações que dispunha, inclusive sobre o Grupo, à CIA, derrubando muitos guerrilheiros, não somente brasileiros, de volta a seus países.

Domingos Fernandes conta uma história que envolve a queda de José Roberto Arantes de Almeida, que voltou em novembro de 1971, e que comprovaria o envolvimento dos próprios cubanos no massacre ao MOLIPO:

« Quando o Arantes chegou no Brasil, ele tinha um barbeador elétrico. Ele trouxe no barbeador elétrico uma série de nomes. (...) Quando a gente determinava que a gente ia voltar para o Brasil, a gente começava a anotar coisas [para lembrar através de associações]. Então ele pegou isso que ele fez durante meses quando ia voltar para o Brasil, um papelzinho onde a gente anotava com letra minúscula, ..., e botou embutido no barbeador. Só ele e os cubanos sabiam porque ele pediu aos cubanos o barbeador para colocar os papéis (...) Ele foi preso, passou pouquíssimas semanas no Brasil. (...) A polícia entrou na casa onde ele estava e foi direto no barbeador»^{cxi}.

Outra possibilidade levantada para explicar a queda do Grupo diz respeito a possíveis acordos que militantes do Grupo teriam feito com a repressão, no momento em que caíram, em troca de suas vidas. Estas pessoas, em seguida, *desapareceriam*. Neste sentido, há histórias que circulam, sem que se saibam - ou

se digam – os detalhes, as circunstâncias, em que pessoas dadas como mortas teriam sido vistas nas ruas de São Paulo.

Dois documentos encontrados nos Arquivos do DEOPS de São Paulo e do DOPS do Rio de Janeiro, analisados pela Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos da Câmara de Deputados, evidenciam a presença de um informante deste Cuba, que, inclusive, voltava ao Brasil, informando também sobre as pessoas que se vinculavam aqui^{cxli}. Quem seria este informante? Talvez o próprio Cabo Anselmo, uma vez que dispunha da confiança do governo cubano que se responsabilizara pela volta. Fala-se que foram mostradas fotos de pessoas do Grupo treinando em Cuba, aos militantes do MOLIPO na prisão. Ou seja, a repressão tinha total controle das informações sobre o Grupo, desde o início^{cxlii}. Entre os entrevistados, ninguém acredita que possa ter havido infiltração dentro do próprio Grupo dos 28.

O documento do I Exército, 4ª RM, atribui as «baixas empreendidas pelo DOI» «às prisões e à farta documentação apreendida, somando-se as investigações e buscas, conseguiu-se o completo levantamento do MOLIPO, bem como a identificação de todos os seus militantes, à exceção de quatro ainda não “levantados”»^{cxliii}. Não esclarece, é claro, em que circunstâncias a repressão fez as prisões.

Em março de 1973, quando a repressão já havia aniquilado as organizações de luta armada^{cxliv}, Carlos Eugênio Paz deixou o país e seguiu para Cuba. A sua retirada foi o recurso dos outros integrantes da coordenadoria da ALN, que ainda restavam, para salvar um dos personagens mais procurados pela repressão. Carlos Eugênio teimava em contrariar uma espécie de *lei natural*: o

tempo de ação curto dos militantes, sobretudo dos dirigentes, interrompido com a morte ou a prisão. Cercado por mortes, prisões e *desaparecimentos*, sobrevivia. Parecia pairar acima da vida real, mas mergulhado nela, desafiando a realidade. Como um sobrevivente. Mesmo deixando para trás esta situação, Carlos Eugênio ainda acreditava que seria possível voltar ao Brasil para retomar a luta. Assim, fez um treinamento oferecido pelos cubanos, específico sobre estado-maior. Mas, ao longo de 1973, a partir de discussões com outros militantes da organização que estavam em Cuba, reconheceu que a guerra havia sido perdida. Antes disto, no entanto, assim que chegou a Cuba, conheceu Arnaldo Ochoa, que seria condenado à morte em 1989, dirigente cubano, personagem da Revolução, integrante da coluna de Che Guevara em Sierra Maestra, participante da guerrilha na Venezuela e, em 1973, comandante do exército de Havana^{cxlv}. Ochoa tinha um plano para propor à ALN: entrar no Brasil pelo rio Amazonas, com um barco levando cem combatentes cubanos bem treinados e todo o armamento disponível^{cxlvi}. Os militantes da ALN que quisessem voltar, também se integrariam. Ochoa viria também. Era a primeira vez que Cuba propunha a entrada de cubanos no Brasil para implantar a guerrilha. A idéia era se instalar na selva amazônica, em seguida, montar depósitos de armas, abrigos, recuos da guerrilha e, em uma fase posterior, começar as ações de guerrilha no campo. Ochoa pensava poder contar com os *esquemas de campo* da ALN da época de Marighella. No entanto, estes esquemas tinham sido centralizados em torno dele e, depois de sua morte, os contatos acabaram sendo perdidos ou desconectados. A partir daí, a ALN passou a atuar de maneira diferente, conta Domingos Fernandes: «quando ele morre, há um... não é uma mudança de rumo, mas tudo se modifica, passa a ser

tudo uma outra coisa»^{cxlvii}. Carlos Eugênio, porém, acredita que Joaquim Câmara Ferreira conseguiu recuperar, parcialmente, os contatos que levavam a *esquemas* da organização que nunca chegaram a cair. Tratava-se, basicamente, de sítios comprados com o dinheiro das *expropriações* nas cidades, onde haviam sido instaladas pessoas ligadas à ALN. Carlos Eugênio:

«O que o Ochoa sempre disse foi o seguinte: “Isso não é um plano meu. O Fidel sabe e jamais admitirá publicamente”. Como ele jamais admitiu publicamente que o Che tinha saído de Cuba para ir para a Bolívia, a não ser depois que o Che morreu. Então, eu acreditei nele e acredito até hoje, porque ele não tinha como tirar cem cubanos armados sem o Fidel saber...

(...)

Quando eu comecei essa conversa com o Ochoa, eu não posso nem dizer que já estava plenamente convencido de que nós tínhamos perdido a guerra, mas uma coisa que veio desde a época do Marighella é que nós não admitíamos nenhum tipo de ingerência nas nossas posições políticas. Nunca, nunca a gente admitia. Nisso, eu fui realmente um seguidor do Marighella. Não admitia, não via cubano entrando aqui para lutar pelo meu povo.

(...)

... o que primeiro me fez recusar [o plano] (...) era a rejeição a qualquer ingerência na nossa política interna. Eu achava que a política no Brasil era um papel da gente. A gente como povo brasileiro é que tinha que descobrir o caminho que a gente queria para o nosso país»^{cxlviii}.

A avaliação da realidade brasileira, quando a repressão já tinha ganho a guerra, parece não ter contado para a elaboração de um projeto revolucionário. O mito do foco continuava impondo sua força, na América Latina, seis anos após a derrota na Bolívia. Carlos Eugênio lembra-se de Ochoa repetindo sempre a sua definição de revolução: «a revolução é o resultado de três coisa: mandar bala, mandar bala e mandar bala»^{cxlix}.

Muitos anos depois da proposta de Ochoa, o filme *Fitzcarraldo*, de Werner Herzog, contaria como alegoria o esforço sobre-humano para a montagem de um grande espetáculo na selva amazônica, sendo necessário, para realizá-lo, atravessar um enorme barco através de uma pequena montanha.^{cl}

Importar a revolução

Apesar das posições ambíguas e contraditórias, a partir de outubro de 1967, quando as derrotas das tentativas de implantação de guerrilhas já eram muitas e a dependência em relação à URSS, uma realidade, Cuba redefinia-se quanto à *exportação da revolução*. Neste contexto, em meio a idas e vindas, o treinamento de guerrilheiros foi mantido. Mesmo depois de agosto de 1970, quando Cuba se comprometeu a não atacar os países vizinhos e os EUA a não invadir a Ilha, Carlos Eugênio lembra que «em 1973 [quando estava ele mesmo treinando] ainda tinha *montonero* treinando em Cuba, argentino, tinha *tupamaro*, guerrilheiros dominicanos... o que eu conheci de guerrilheiros da América Latina ainda nessa época treinando em Cuba... Tinha de quase todas as nacionalidades»^{cli}.

No caso dos brasileiros, como vimos, foi, exatamente, depois de fins de 1967 que a maioria treinou. Era preciso alimentar, no exterior, o mito do *primeiro território livre da América Latina* e, internamente, dar coesão a um povo que tinha diante de si muitos obstáculos a superar. Era preciso mobilizá-los e fortalecê-los. A perspectiva de *exportar a revolução* serviu, em última instância, como um meio

de *importar a revolução*, garanti-la no interior de suas fronteiras e não de levá-la para além delas. Diante de tais circunstâncias, o treinamento de guerrilheiros latino-americanos acabou tornando-se mais importante, na verdade, para os próprios cubanos, para a sua revolução.

Isto não significa que as pessoas envolvidas no treinamento não acreditassem no que faziam. Ao contrário: diante das difíceis condições nas quais Cuba se encontrava - na mira dos EUA, empurrada na direção da dependência da URSS, em um continente cercado por ditaduras militares -, era uma questão de sobrevivência *acreditar*, apegar-se ao mito que fortalece. O treinamento multiplicaria os guerrilheiros pelo Terceiro Mundo. Acreditava-se nisto, da mesma forma que os cubanos acreditaram no mito da revolução vitoriosa a partir de uns poucos guerrilheiros decididos.

Esta interpretação leva, mais uma vez, ao debate sobre a eficácia do treinamento. Mário Japa e Avelino Capitani *resolvem* muito bem a questão: o treinamento servia, antes de tudo, porque dava uma «segurança psicológica», como disse Capitani, a coesão ao grupo, a autoconfiança. Ou seja, o treinamento tinha a capacidade de potencializar os que dele haviam participado. A importância e a validade do treinamento não estavam, propriamente, na sua habilidade de formar militarmente os guerrilheiros, mas sobretudo porque consolidava certezas. Como disse Mário Japa, «não era só o treinamento em si»^{clii}. A mística que o envolvia levava à crença de estar preparado e dava a coragem para o enfrentamento. Daí era importante e eficaz. Mário Japa:

«Cuba era o lugar em que mais funcionava o mecanismo de manutenção da crença. Era um grupo, vivia-se eternamente alimentando-se disto. Havia ali muitos mecanismos de manutenção disto, de fortalecimento disto. Havia, mesmo aqui no Brasil, muitos mecanismos. Um era o desbunde. Era uma desmoralização violentíssima de quem vacilasse e abandonasse. Desertor para a gente...Acho que a gente era mais violento contra o possível desertor do que o exército. O desbunde era uma coisa feroz, no grupo. Eu acho, inclusive, que muita gente não deixou por causa desta pecha. Era uma coisa violentíssima. E o grupo se auto-alimentava destes mecanismos. O desbunde, falar no nível ideológico, sempre fazendo reuniões... Renovando-se, nisto, diariamente, constantemente. Castigos morais, ameaças de fuzilamento... A gente criava uma situação tal que a pessoa ou ficava fidelíssima à gente ou, então, passava direto de armas e bagagens para a traição total, porque não havia meio termo não. Vê o Cabo Anselmo... Era mais do que a religião. A religião castiga, vai para o inferno, exclui, excomunga. Nós não, era a inquisição...(...). Em Cuba, então, isto chegava ao máximo, no grupo ali, internamente, treinando. Deu uma vaciladinha... Falou duas frases que denotavam alguma hesitação... caíam de pau em cima. Então, tinha aquela coisa de voltar, voltar.... Voltar para continuar»^{cliii}.

Anexo

A volta de Cuba

Pensões do Centro de São Paulo alojavam militantes vindos de Cuba. Depois de um tempo afastados da luta, era preciso esperar o momento para se reinserir na guerrilha urbana, que mudava a cada dia, que mudara muito desde a partida para a Ilha. Os contatos eram escassos, um ponto por dia, a segurança assim exigia. Acuados, sem o ritmo da realidade, o isolamento era angustiante. Um quarto de pensão. O Centro de São Paulo. As pessoas nas ruas, indo para o trabalho, hora do almoço, de volta para casa, o cansaço, o lazer, o prazer, o sono

e, depois, para o trabalho, hora do almoço... A repressão por todos os lugares, a espreita, a espera do ponto do dia seguinte, a guerra acontecendo nas ruas da cidade, silenciosa para a maioria e ensurdecedora para a minoria que quer mudar a vida da maioria. A espera. A guerra adiante. O dia seguinte. O momento de sair do quarto da pensão e entrar na cidade, no mundo, para fazer a guerra, a guerrilha, vida ou morte. A espera. O momento de olhar no olho, do passo seguinte. Os barulhos que chegam, que vão, em vão. O silêncio O isolamento. A solidão da transformação. O treinamento em Cuba, o dia-a-dia de São Paulo. O elo perdido. A guerra, a vida, a hora, o embate, a morte, a loucura.

Zé Arantes, o guerrilheiro que veio de Cuba

Quando José Roberto Arantes de Almeida morreu, a repressão contou a sua história. Foi assim: ele estava num aparelho na rua Cervantes, em São Paulo. Era dia 4 de novembro de 1971, aniversário da morte de Marighella. O cara era perigoso, fizera treinamento em Cuba, no tal Grupo dos 28, esse mesmo, o Grupo da Ilha. Os documentos que circulavam entre os órgãos de informação alertavam para o Grupo, surgido de uma cisão da ALN. Este Grupo não era igual aos outros que haviam passado pelo treinamento. Era preciso ter atenção especial com estes guerrilheiros. Por quê? Qual era a diferença? O fato é que foram todos condenados. À morte. Não escapariam. Quem estava preso via os álbuns com as fotos do pessoal do Grupo dos 28. Os nomes, os codinomes, as filiações e as naturalidades. Tudo bem organizado. E era preciso saber mais sobre eles. As

informações valiam ouro e promoções. Os presos tinham que falar. Os registros eram feitos.

Mas a repressão já estava bem informada sobre o Grupo da Ilha. Voltou fulano. Ainda não voltou beltrano. Está para voltar ciclano. O «informante» disse, o «informante» avisa, assim está registrado nos documentos. Quem saberia? Quem informava? Alguém infiltrado no Grupo desde Cuba? Alguém que, tendo caído, fez acordo com a repressão? O cabo Anselmo, responsável pelo esquema da volta dos integrantes do Grupo ao Brasil? O agente cubano que deserdou na Europa e entregou os planos do treinamento de guerrilheiros latino-americanos à CIA? Nos documentos da repressão, é possível acompanhar a dissidência com a ALN: as razões, discussões, divergências, linha de ação. O «informante» sabia. Quem era? Há os que não sabem e há os que não falam. É mais uma das histórias «delicadas» (delicada?), silenciosas, *impromunciáveis*.

Bem, voltemos à rua Cervantes: Zé Arantes tinha acabado de voltar de Cuba e esperava documentos para poder sair. Esperava. Fechado no aparelho. A repressão chegou ao local porque prendeu outro militante que estava também na casa e saíra com uma conta para pagar. O endereço estava lá. Durante 20 minutos, Arantes resistiu, «atirando sucessivamente com duas metralhadoras, e depois com duas Winchester 44, até tombar morto»^{cliv}. Os tiros partiam de várias janelas. A repressão deduzia que havia vários militantes na casa. Quando finalmente conseguiram entrar, tiveram uma surpresa: só havia uma pessoa, José Arantes, que, muito bem preparado, colocara as armas em diferentes pontos da casa, dando a impressão de que muitos guerrilheiros estavam lá. Assim, corria de

um cômodo a outro, habilmente, atirando, enfrentando com competência e coragem o inimigo. Por fim, conseguiram matá-lo.

Mas essa era a história deles, não a do Arantes. Uma versão construída, síntese da «periculosidade de um terrorista» treinado em Cuba^{clv}.

Na verdade, «Arantes foi provavelmente ferido, preso no dia 4, levado ao DOI-CODI, torturado, falecendo no dia seguinte»^{clvi}.

Bibliografia

Entrevistas

1) concedidas a DR:

Arthur Machado Scavone (ALN, MOLIPO). São Paulo, 5 de julho de 2000.

Avelino Capitani (MNR). Porto Alegre, 1º semestre de 1999. (Neste caso, não foi feita, propriamente, entrevista. A partir de contato por telefone, Capitani se dispôs a registrar em fitas seu depoimento, seguindo uma série de perguntas propostas por mim, sem que o resultado fosse, simplesmente, a gravação de respostas em função de um «questionário»).

Bayard Boiteux (MNR). Rio de Janeiro, 6 de janeiro de 2000.

Carlos Eugênio Sarmiento Coêlho da Paz (ALN). Rio de Janeiro, 19 e 31 de julho de 2000.

Daniel Aarão Reis Filho (DI-GB/MR-8). Rio de Janeiro, 09 e 17 de novembro de 1996; 10, 14 e 19 de maio; 04 de junho de 1997.

Domingos Fernandes (ALN). São Paulo, 4 de julho de 2000.

José Carlos Giannini (ALN, MOLIPO). São Paulo, 13 de junho de 2000.

Maria Augusta Carneiro Ribeiro (DI-GB/MR-8). Rio de Janeiro, 04 de abril de 1996.

Mário Japa/Shizuo Osawa (VPR-VAR-VPR). Rio de Janeiro, 6 de julho de 1999.

Paulo Schilling (MNR). São Paulo, 13 de junho de 2000.

Sérgio Granja (ALN, ALN-TL). Rio de Janeiro, 3 de julho de 1999.

Vera Sílvia Magalhães. (DI-GB/MR-8). Rio de Janeiro, 25 de janeiro e 14 de março de 1994.

2) publicada no *Pasquim*:

Paulo Schilling, em *Pasquim*, Rio de Janeiro, 11 (559): 10-13, 14/21 março de 1980.

Fontes primárias

Fundo DOPS. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

Fundo DEOPS. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Brasil Nunca Mais. Arquivo Edgard Leuenroth. UNICAMP.

Fontes secundárias

AARÃO REIS Filho, Daniel. *A revolução faltou ao encontro*. São Paulo, Brasiliense, 1990.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: Nunca Mais*. Perfil dos atingidos. Tomo III. Petrópolis, Vozes, 1988.

AZEVÊDO, Fernando Antônio. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

BASTOS, Elide Rugai. *As Ligas Camponesas*. Petrópolis, Vozes, 1984.

BENIGNO (Dariel Alarcón Ramírez). *Vie et mort de la révolution cubaine*. Paris, Fayard, 1996.

BOITEUX, Bayard Demaria. *A guerrilha de Caparaó e outros relatos*. Rio de Janeiro, Inverta, 1998.

CAPITANI, Avelino Bion. *A rebelião dos marinheiros*. Porto Alegre, Artes e Ofícios, 1997.

COMISSÃO de familiares de mortos e desaparecidos políticos, Instituto de Estudo da Violência do Estado (IEVE), Grupo Tortura Nunca Mais - RJ e PE. *Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964*. Recife, Companhia Editora de Pernambuco, governo do Estado de Pernambuco, 1995, São Paulo, governo do Estado de São Paulo, 1996.

FREIRE, Alípio de. *Resistir é preciso*. Rio de Janeiro, Record, 1981.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. 2ª ed. São Paulo, Ática, 1987.

MIRANDA, Nilmário e TIBÚRCIO, Carlos. *Dos filhos deste solo*. Mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, Boitempo, 1999.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *De Martí a Fidel*. A Revolução Cubana e a América Latina. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1998.

MORAIS, Clodomir. «Peasant Leagues in Brazil», in STAVENHAGEN, Rodolfo. *Agrarian problems and peasant movements in Latin America*. New York, Anchor Books, 1970.

NOVAES, Regina Reyes. *De corpo e alma*. Catolicismo, classes sociais e conflitos no campo. Rio de Janeiro, Graphia, 1997.

PAZ, Carlos Eugênio. *Viagem à luta armada*. Memórias romanceadas. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1996.

----- . *Nas trilhas da ALN*. Memórias romanceadas. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997.

REBELLO, Gilson. *A guerrilha de Caparaó*. São Paulo. Alfa-Omega, 1980.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo, UNESP, 1993.

ROLLEMBERG, Denise. *Exílio*. Entre raízes e radares. Rio de Janeiro, Record, 1999.

TAVARES, Flávio. *Memórias do esquecimento*. 3ª ed. São Paulo, Globo, 1999.

ⁱ - TAVARES, Flávio, 1999. p. 178.

ⁱⁱ - No doutorado, fiz uma primeira incursão no tema (Cf. ROLLEMBERG, D., 1999). No entanto, como o treinamento era apenas um aspecto do exílio dos anos 1960 e 1970, objeto da pesquisa, não foi possível, na ocasião, aprofundá-lo, o que pretendi fazer no projeto apresentado ao CNPq, no quadro de uma bolsa de recém-doutor. A princípio, parecia-me importante, para ter uma visão mais completa da experiência, ir a Cuba, tentar contatos que pudessem resultar em entrevistas e no acesso à documentação. No entanto, a modalidade da bolsa exclui qualquer possibilidade de viagem ao exterior. E, como não era evidente a possibilidade de consultar arquivos cubanos, embora faça parte do trabalho do historiador procurá-los, tecer os contatos que levem a eles, encontrar as brechas, ao menos pressionar para que um dia toda e qualquer documentação seja pública (não é assim que muitos documentos vieram à tona?), tive que redefinir a pesquisa. Assim, trabalhei com as fontes escritas disponíveis no Brasil, especificamente, nos Fundos DOPS-RJ, no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro) e DEOPS-SP (Arquivo Público do Estado de São Paulo) e em processos do Projeto Brasil Nunca Mais (Arquivo Edgard Leuenroth-UNICAMP). Igualmente foi precioso, para a compreensão do período, o uso da memória do Brasil dos anos 1960 e 1970, que vem sendo construída nas duas últimas décadas através de dezenas de publicações autobiográficas. Além destas fontes, tive a grande satisfação de trabalhar, mais uma vez, com entrevistas, conhecendo de perto os

personagens desta história, descobrindo os rostos, as vozes, as vivências, as emoções daqueles que aparecem nas memórias e nos documentos deixados pela repressão. Este texto é, portanto, o resultado da pesquisa financiada pelo CNPq, através da bolsa de recém-doutor, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

ⁱⁱⁱ - Em uma matéria do jornalista Amaury Ribeiro Jr., d'O Globo de 9 de janeiro de 2000, sobre uma monografia da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (Eceme), no Rio de Janeiro, do então major Freddie Perdigão Pereira, de 1978, foi publicada a cópia de duas páginas da monografia, onde aparece a informação de que 340 brasileiros haviam feito treinamento guerrilheiro em Cuba e na China. A matéria tratava do reconhecimento feito pelo autor da monografia de que 54 presos políticos morreram no DOI de São Paulo entre 1969 e 1977. Perdigão era agente dos órgãos de repressão. Tentei ter acesso na Eceme à monografia, para saber como o major chegou a este número. No entanto, o texto não está disponível à consulta. O documento faz parte do novo inquérito policial-militar (IPM) sobre o caso RioCentro, já arquivado.

^{iv} - DOPS-RJ. Setor: Comunismo, pasta 115, folhas: 1 a 112. «Curso de guerrilha realizado em Cuba. Relação do cursado». Ministério do Exército, Comando do I Exército, Rio de Janeiro, GB, 21 de novembro de 1972. Sobre informações detalhadas do treinamento, há também um depoimento de um militante do II Exército da ALN, preso em julho de 1972, na Guanabara: cf, DOPS-RJ. ALN. Setor Terrorismo, pasta 15, folha 128, Ministério do Exército, Gabinete do Ministro, Centro de Informações do Exército, Rio de Janeiro, 27 de julho de 1972. Embora a maior preocupação tenha sido sempre com o treinamento em Cuba, os órgãos de informação também estiveram atentos à possibilidade de treinamento de brasileiros em outros países socialistas, como a Coreia do Norte, onde, de fato, alguns brasileiros da ALN treinaram, Angola, e até em países árabes. O documento «Treinamento de guerrilheiros na Coreia do Norte» afirma ser aí o «...o treinamento de guerrilha mais mortífero do mundo». Nele, não há informação sobre brasileiros em treinamento, apenas que «os candidatos são escolhidos cuidadosamente na América Latina, África, Arábia, Ásia». Cf. DOPS-RJ. «Treinamento de guerrilheiros na Coreia do Norte». Setor Terrorismo, pasta 12, folha 236, 19 de agosto de 1971. Cf. também, por exemplo, DOPS-RJ, «Treinamento de guerrilhas na Coreia do Norte». Setor: Terrorismo, pasta 12, folha 236, 19 de agosto de 1971. Quanto a Angola, o documento «Treinamento de guerrilheiros brasileiros em Angola», do Serviço de Informações da Polícia Federal, da Guanabara, dá como «dados conhecidos» o seguinte: «Estudantes brasileiros estariam sendo treinados em ação subversiva e operações de guerrilhas, em acampamentos permanentes de treinamento em ANGOLA, por instrutores cubanos que fazem parte das forças cubanas ali estacionadas. Esses estudantes, aparentemente, são mandados para visitar parentes em Portugal, depois enviados secretamente para Angola sob o patrocínio do partido comunista. Alguns desses estudantes permanecem em Angola para treinamento especializado, mas a maioria voltaria ao Brasil, via Portugal, depois de dois ou três meses. As forças cubanas estariam treinando médicos e enfermeiros brasileiros em Angola» (grifo no original). O documento encaminhava, então, aos

órgãos de informação, o pedido da «Relação dos estudantes que tenham solicitado visto para Portugal. Relacionar outros estudantes que venham a pedi-lo». DOPS-RJ, «Treinamento de guerrilhas de brasileiros em Angola». Setor: Comunismo, pasta 148, folha 233, Rio de Janeiro, 18 de outubro de 1976. Um outro documento do Comando de Operações Navais, do Ministério da Marinha, de 7 de maio de 1974, divulgou, entre órgãos de informação, um documento com o título «Grupo de guerrilheiros em Mendonza», sobre uma «suposta reunião de dirigentes guerrilheiros realizada em fevereiro último na cidade de Mendonza, na qual estiveram presentes elementos da Argentina, Brasil, Chile e Uruguai, tendo sido tratado como um dos tópicos “a reorganização das forças no Brasil”». Cf. DOPS-RJ. «Grupo de guerrilheiros em Mendonza». Setor Comunismo, pasta 127, folha 124. Ministério da Marinha, Comando de Operação Naval, 1º Distrito Naval, 7 de maio de 1974. Em 28 de abril de 1981, o Serviço de Informações da Polícia Federal-RJ, faz circular um documento, com as tarjas «Confidencial» e «Urgentíssimo», no qual solicitava a outros órgãos de informação, «para atualizar os prontuários», a relação de «elementos que possuam os referidos cursos [cursos de explosivos e guerrilha urbana], identificando o grupo de esquerda a que estejam ligados, especialmente militantes do MR-8». No documento há uma lista com 22 nomes, entre eles os de Carlos Minc, Cid Benjamin, Daniel Aarão Reis Filho, Fernando Gabeira, Franklin Martins, Antônio Duarte, José Duarte, Ivens Marquetti, José Ibraim, Liszt Vieira, Maria Augusta Carneiro Ribeiro, Vera Sílvia Magalhães, Virgílio Gomes da Silva, este, incluíse morto em 1969 sob tortura, e Vladimir Palmeira. Cf. DOPS-RJ. Setor Comunismo. Pasta 158, folha 3, «Cursos de explosivos e guerrilha urbana». Ministério da Justiça, Departamento de Polícia Federal, Superintendência Regional no Estado do Rio de Janeiro, Serviço de Informações. Rio de Janeiro, 28 de abril de 1981. Assim, ao longo dos anos 1970, mesmo quando a guerrilha brasileira já havia sido derrotada, e já na década de 1980, a repressão continuou produzindo documentação sobre treinamento. Os Fundos do DOPS-RJ e do DEOPS-SP guardam muitos documentos sobre Cuba, envolvendo esta questão dos *perigos* que o guerrilheiro treinado significava. Como mais um exemplo, vale a pena citar o Informe do Departamento de Polícia Federal, Delegacia Regional de São Paulo, Centro de Operações, de 17 de dezembro de 1969, (Fundo DEOPS-SP), difundido para vários órgãos. Divulgava os nomes de cubanos e referências biográficas e de características físicas de guerrilheiros cubanos que teriam saído de Cuba e se destinavam ao Brasil. Entre as informações, aparecem as seguintes: comandante (major) Ramiro Valdez, único sobrevivente do assalto ao Moncada; participou do desembarque ministro do interior de 1960 a 1969: «cursando diversos cursos de “Inteligência” na Rússia, tornou-se fanático da doutrina Marxista-Leninista, levando ao “Paredon” centenas de pessoas»; pertence ao Comitê Central do PC cubano; «as últimas notícias recebidas de Cuba a respeito do Major Ramiro Valdez e dos Capitães Carlos Alberto Figueiredo e Enrique Montero indicam que estes e outros mais embarcaram em Puerto Canilda, nas vizinhanças da cidade de Cienfuegos, no navio “Jesus Menendes” de 10 mil toneladas, rumo à República da Guiné e com destino ulterior ao Brasil». Sobre o Capitão Enrique Montero: «Participou em atos terroristas, bombas e atentados pessoais, de 1956 a 1959. (...). Em janeiro de

1959, foi nomeado Tenente e foi um dos fundadores do atual governo, destacando-se entre seus companheiros pelo radicalismo de sua ação». Foi para a Venezuela, onde participou nas guerrilhas urbanas em Cararas e durante mais um ano atuou nas atividades guerrilheiras no campo; regressou a Cuba em fins de 1965; foi para a Rússia e para o Vietnã do Norte; voltou em 1967; «tomou, então, curso de idioma português na Universidade de Havana e foi instrutor de guerrilhas na Fazenda S. José, onde se adestram os de língua portuguesa; visitava também a Fazenda La Guira, na zona montanhosa de Pinar del Rio, onde se dão aulas práticas de guerrilhas aos de língua portuguesa». Sobre o Capitão Carlos Alberto Figueiredo Rosales: «Recebeu durante um ano curso intensivo de português; altamente especializado em atentados pessoais e guerrilhas urbanas; maneja toda classe de explosivos e armas ligeiras; atualmente, especializado em tanques e projetis teleguiados; vícios: maconha e álcool; debilidade: mulherengo. (...); perito em guerrilha urbana, (...)...logrou escapar ileso da sangrenta greve revolucionária de 9 de abril de 1958; de 1966 a junho de 1968, esteve à testa do Departamento de Espionagem e subversão de tipo Mundial no Ministério das Relações Exteriores em Havana». Outro documento (DEOPS-SP), Cuba - 20-C-43-51, da Presidência da República, Serviço Nacional de Informação, Agência de São Paulo, de 6 de outubro de 1969, informa que «os Comandantes cubanos Ramiro Valdez Menendes e Raul Menendes Tomás Sevich estariam em ação permanente em São Paulo». Sobre o Comandante Ramiro, afirma: «situa-se no mesmo nível de “Che” Guevara». A título de «curiosidade», entre os diversos carimbos que a burocracia da repressão fazia estampar nos seus documentos, freqüentemente, aparece um com o seguinte texto: «A Revolução de 64 é irreversível e consolidará a Democracia no Brasil».

^v - Entrevista com Mário Japa/Shizuo Osawa, concedida a DR. Rio de Janeiro, 6 de julho de 1999; fita 3, lado 1.

^{vi} - BENIGNO, 1996. p. 128.

^{vii} - Benigno esteve no treinamento de brasileiros.

^{viii} - Não é o caso aqui de desenvolver essa questão do mito do foco guerrilheiro, uma vez que diversos autores já a abordaram em detalhes sem deixar dúvidas a respeito de sua construção. Cf. GORENDER, J., 1987. p. 82.

^{ix} - Cf. o discurso de Che Guevara em 24 de fevereiro de 1965, no Seminário Econômico de Solidariedade Afro-Asiática, em Argel, in MONIZ BANDEIRA, L. A., 1998, p. 549.

^x - Cf. MONIZ BANDEIRA, L. A., 1998, cap. XVI.

^{xi} - MONIZ BANDEIRA, L. A., 1998, p. 562.

^{xii} - Cf. MONIZ BANDEIRA, L. A., 1998, cap. XVI.

^{xiii} - MONIZ BANDEIRA, L. A., 1998, p. 587.

^{xiv} - MONIZ BANDEIRA, L. A., 1998, p. 589.

^{xv} - MONIZ BANDEIRA, L. A., 1998, p. 595-6.

^{xvi} - MONIZ BANDEIRA, L. A., 1998, p. 594.

^{xvii} - MONIZ BANDEIRA, L. A., 1998. Sobre a quantidade de guerrilheiros treinados em Cuba, há, no Fundo DEOPS-SP, o documento 30-Z-160-11.891, da Secretaria de Segurança Pública, DEOPS, Serviço de Informações, São Paulo, 28 de fevereiro de 1972. Trata-se da transcrição do boletim *Les informations politiques et*

sociales: «2.500 agentes subversivos treinados em Cuba em 10 anos. Cuba formou cerca de 2.500 agentes de toda a América Latina, entre 1960 e 1969, continuando seu apoio ativo aos movimentos revolucionários dos países latino-americanos. Estes detalhes sobre as atividades subversivas cubanas na América Latina foram apresentados por importantes funcionários do Pentágono à Subcomissão latino-americana da Câmara de Representação, presidida por Dante Pascall, senador democrata da Flórida (EUA). Segundo o comandante Gerald Cassel, da Agência de Informações Militares, a instigação dos soviéticos e o papel dos cubanos na subversivação latinoamericana é mais difícil de identificar desde algum tempo. Porém, segundo M. Philpott, diretor da dita Agência, entre 1960 e 1969, se formaram em Cuba de 2.150 a 2.500 agentes subversivos».

^{xviii} - Entrevista com Domingos Fernandes concedida a DR. São Paulo, 4 de julho de 2000. Fita 2, lado A, p. 14 da transcrição.

^{xix} - Carlos Marighella esteve em Cuba entre junho e dezembro de 1967.

^{xx} - Para a história das Ligas Camponesas, ver AZEVÊDO, Fernando Antônio, 1982; BASTOS, Elide Rugai, 1984; MORAIS, Clodomir, 1970; NOVAES, Regina Reyes, 1997.

^{xxi} - DOPS-RJ. «Ligas Camponesas no Estado do Rio». Setor: diversos, pasta 26, dossiê 7; doc., Rio, GB, 9/11/61.

^{xxii} - Há, no Fundo DOPS-RJ, diversas dessas listas; cf., por exemplo, DOPS-RJ. «Cuba. Lista de passageiros para Cuba. Setor: Diversos, pasta 26, dossiê 4, s/d; DOPS-RJ. «Passageiros convidados do Instituto Cubano de Amizade com os Povos». Setor: Diversos, pasta 27, dossiê 20, s/d.; DOPS-RJ. «Cuba. Lista de passageiros para Cuba». Setor Diversos, pasta 29, dossiê 15, s/d.

^{xxiii} - DOPS-RJ. «Treinamento de guerrilhas». Setor: Comunismo, pasta 52, folha 9, dossiê 8, 15/5/62.

^{xxiv} - AZEVÊDO, Fernando Antônio, 1982. p. 89.

^{xxv} - AZEVÊDO, Fernando Antônio, 1982. p. 93.

^{xxvi} - DOPS-RJ. «Cuba exporta a revolução». Setor: Informações, pasta 61, folha 92.

^{xxvii} - DOPS-RJ. «Cuba exporta a revolução». Setor: Diversos, pasta 27, dossiê 12.

^{xxviii} - MORAIS, Clodomir, 1970. p. 488.

^{xxix} - MORAIS, Clodomir, 1970. p. 487.

^{xxx} - Entrevista com Paulo Schilling concedida a DR. São Paulo, 13 de junho de 2000; sobre a partida de Julião, ver também TAVARES, Flávio, 1999. p. 150.

^{xxxi} - TAVARES, Flávio, 1999. pp. 77-8. Cf. também documento do DOPS-RJ, «Cuba exporta a revolução». Setor: Diversos, pasta 27, dossiê 12, que informava no início do ano: «Em janeiro de 1962, o Exército brasileiro descobriu que armas fabricadas na Tchecoslováquia estavam entrando no país para distribuição, possivelmente, às Ligas Camponesas».

^{xxxii} - MORAIS, Clodomir, 1970. p. 489.

^{xxxiii} - TAVARES, Flávio, 1999. p. 78. Sobre o episódio ver também MONIZ BANDEIRA, L. A., 1998. pp. 506 e ss.

^{xxxiv} - Cf. por exemplo, RIDENTI, Marcelo, 1993. p. 62; AARÃO REIS Filho, Daniel, 1990.

^{xxxv} - CAPITANI, Avelino, 1997. p. 112.

-
- xxxvi - TAVARES, Flávio, 1999. pp. 175 e 175-6.
- xxxvii - CAPITANI, Avelino, 1997.
- xxxviii - Entrevista com Paulo Schilling, in *Pasquim*, Rio de Janeiro, 11 (559): 10-13, 14/21, março 1980. p. 12.
- xxxix - CAPITANI, A., 1997. p. 96.
- xl - TAVARES, Flávio, 1999. p. 191.
- xli - CAPITANI, A., 1997. p. 101.
- xlii - A compreensão das relações do comando desse projeto, que resultou na Guerrilha de Caparaó, com Cuba, o que nos interesse aqui, fica muito prejudicada uma vez que suas lideranças se recusam a falar sobre o assunto. Leonel Brizola e Neiva Moreira não concedem entrevistas sobre Caparaó. Paulo Schilling, embora tenha me recebido, não permitiu a gravação da entrevista e não revela as relações com o governo cubano.
- xliii - Entrevista com Paulo Schilling concedida a DR. São Paulo, 13 de junho de 2000; não foi gravada a pedido do entrevistado.
- xliv - TAVARES, Flávio, 1999. pp. 177-8.
- xlv - TAVARES, Flávio, 1999. p. 192.
- xlvi - TAVARES, Flávio, 1999. p. 203.
- xlvii - Entrevista com Paulo Schilling concedida a DR. São Paulo, 13 de junho de 2000; entrevista com Paulo Schilling, em *Pasquim*, Rio de Janeiro, 11 (559): 10-13, 4/21, março 1980. CAPITANI, A., 1997.
- xlviii - Entrevista com Paulo Schilling concedida a DR. São Paulo, 13 de junho de 2000.
- xlix - Entrevista com Paulo Schilling concedida a DR. São Paulo, 13 de junho de 2000.
- i - TAVARES, Flávio, 1999. p. 190.
- ii - Informação dada por um depoente que me solicitou anonimato.
- iii - BOITEUX, B.D., 1998. p.
- iiii - TAVARES, Flávio, 1999. p. 178; entrevista com Paulo Schilling concedida a DR. São Paulo, 13 de junho de 2000; depoimento de Avelino Capitani a DR. Porto Alegre, 1º semestre de 1999.
- lv - Informações dadas por um depoente que me solicitou anonimato.
- lv - TAVARES, Flávio, 1999. p. 195.
- lvi - Depoimento de Avelino Capitani a DR. Porto Alegre, 1º semestre de 1999. Para a escassez de alimentos no foco do Brasil Central, ver TAVARES, Flávio, 1999.
- lvii - Informações dada por um depoente que me solicitou anonimato.
- lviii - CAPITANI, A., 1997. p. 98.
- lix - Depoimento de Avelino Capitani a DR. Porto Alegre, 1º semestre de 1999.
- lx - Depoimento de Avelino Capitani a DR. Porto Alegre, 1º semestre de 1999; CAPITANI, A., 1997.
- lxi - Depoimento de Avelino Capitani a DR. Porto Alegre, 1º semestre de 1999.
- lxii - CAPITANI, A., 1997. p. 100.
- lxiii - Depoimento de Avelino Capitani a DR. Porto Alegre, 1º semestre de 1999.
- lxiv - Depoimento de Avelino Capitani a DR. Porto Alegre, 1º semestre de 1999.
- lxv - BOITEUX, Bayard, 1998. p. 91.

-
- lxvi - TAVARES, Flávio, 1999. p. 202.
- lxvii - BENIGNO, 1996. p.149.
- lxviii - BENIGNO, 1996. p. 136.
- lxix - Depoimento de Avelino Capitani a DR. Porto Alegre, 1º semestre de 1999.
- lxx - Depoimento de Avelino Capitani a DR. Porto Alegre, 1º semestre de 1999; CAPITANI, A., 1997. p. 101.
- lxxi - MONIZ BANDEIRA, 1998. p. 570.
- lxxii - Entrevista com Bayard Boiteux, concedida a DR. Rio de Janeiro, 6 de janeiro de 2000.
- lxxiii - TAVARES, Flávio, 1999. p. 195.
- lxxiv - BENIGNO, 1996. p. 149.
- lxxv - CAPITANI, A., 1997. pp. 102-3 e 108, respectivamente.
- lxxvi - O depoimento de Brizola ao jornalista Gilson Rebello, no livro de 1980, *A guerrilha de Caparaó*, feito a partir da série de reportagens publicada no jornal *O Estado de S. Paulo*, de 5 a 9 de fevereiro de 1980, evidencia sua decisão de não falar a respeito, por mais contraditório que possa parecer, uma vez que o tema da matéria/livro era Caparaó,.
- lxxvii - Cf. DOPS-RJ. Setor Terrorismo, pasta 15, folha 134 (caixa 598). Doc. CIE – S/103. «Terroristas da ALN com curso em Cuba (situação em 21 de junho de 1972) por turma do curso». S/d. Os números dos integrantes das turmas/Exércitos estão de acordo com o dossiê DOPS-RJ. Setor: Comunismo, pasta 115, folhas: 1 a 112. «Curso de guerrilha realizado em Cuba. Relação do cursado». Ministério do Exército, Comando do I Exército, Rio de Janeiro, GB, 21 de novembro de 1972.
- lxxviii - Entrevista com Sérgio Granja, concedida a DR. Rio de Janeiro, 3 de julho de 1999; transcrição da fita 1, lado A, p. 6. Do II Exército, participou também o militante da ALN, que, preso em 1971, fez acordo com a repressão e entregou Joaquim Câmara Ferreira.
- lxxix - O documento do I Exército, Ministério do Exército, de 13 de novembro de 1970, Rio de Janeiro, com o título «Guerrilha rural e urbana (curso em Cuba)», referência: Info 2883/70, CIE, traz a descrição destas duas fases do treinamento, tal qual feita pelos ex-militantes entrevistados. (Este documento refere-se, especificamente, ao treinamento do II Exército da ALN). Cf. DOPS-RJ. Setor Secreto – 78 – 200/208.
- lxxx - DOPS-RJ. Setor: Comunismo, pasta 115, folhas: 1 a 112. «Curso de guerrilha realizado em Cuba. Relação do cursado». Ministério do Exército, Comando do I Exército, Rio de Janeiro, GB, 21 de novembro de 1972.
- lxxxi - Sobre este aspecto, ver, sobretudo, as entrevistas concedidas a DR, com Maria Augusta Carneiro Ribeiro. Rio de Janeiro, 4 de abril de 1996; Vera Sílvia Magalhães. Rio de Janeiro, 25 de janeiro e 14 de março de 1994; e Daniel Aarão Reis Filho. Rio de Janeiro, 09 e 17 de novembro de 1996; 10, 14 e 19 de maio; 04 de junho de 1997.
- lxxxii - Entrevista com Mário Japa/Shizuo Osawa, concedida a DR. Rio de Janeiro, 6 de julho de 1999.
- lxxxiii - Entrevista com Sérgio Granja, concedida a DR. Rio de Janeiro, 3 de julho de 1999; transcrição da fita 1, lado A, p.7.

-
- ^{lxxxiv} - Entrevista com Carlos Eugênio Sarmiento Coêlho da Paz, concedida a DR. Rio de Janeiro, 19 de julho de 2000. Transcrição da fita 2, lado B, p. 28.
- ^{lxxxv} - Entrevista com Mário Japa/Shizuo Osawa, concedida a DR. Rio de Janeiro, 6 de julho de 1999.
- ^{lxxxvi} - DOPS-RJ. Setor: Comunismo, pasta 115, folhas: 1 a 112. «Curso de guerrilha realizado em Cuba. Relação do cursado». Ministério do Exército, Comando do I Exército, Rio de Janeiro, GB, 21 de novembro de 1972.
- ^{lxxxvii} - Cf. entrevistas concedida a DR, com Mário Japa/Shizuo Osawa, Rio de Janeiro, 6 de julho de 1999, Domingos Fernandes, São Paulo, 4 de julho de 2000, fita 1, lado A, transcrição p. 1, Maria Augusta Carneiro Ribeiro, Rio de Janeiro, 04 de abril de 1996.
- ^{lxxxviii} - Entrevista com Mário Japa/Shizuo Osawa, concedida a DR. Rio de Janeiro, 6 de julho de 1999. Fita 1.
- ^{lxxxix} - Entrevista com Domingos Fernandes, concedida a DR. São Paulo, 4 de julho de 2000, fita 1, lado A, transcrição pp. 1 e 2.
- ^{xc} - Entrevista com Daniel Aarão Reis Filho, concedida a DR. Rio de Janeiro, 17 de novembro de 1996; transcrição da fita 3, p.18.
- ^{xc i} - Entrevista com Domingos Fernandes, concedida a DR. São Paulo, 4 de julho de 2000, fita 1, lado A, transcrição p. 3.
- ^{xc ii} - Entrevista com Daniel Aarão Reis Filho, concedida a DR. Rio de Janeiro, 17 de novembro de 1996; transcrição da fita 3, pp. 24 e 25.
- ^{xc iii} - Entrevista com Daniel Aarão Reis Filho, concedida a DR, no Rio, 17 de novembro de 1996; transcrição da fita 3, p. 26. Esta discussão sobre a eficiência do treinamento está em ROLLEMBERG, Denise, 1999.
- ^{xc iv} - Entrevista com Sérgio Granja, concedida a DR. Rio de Janeiro, 3 de julho de 1999; transcrição da fita 1, lado A, p. 15.
- ^{xc v} - Entrevista com Domingos Fernandes, concedida a DR. São Paulo, 4 de julho de 2000, fita 1, lado A, transcrição p. 6.
- ^{xc vi} - Entrevista com Mário Japa/Shizuo Osawa, concedida a DR. Rio de Janeiro, 6 de julho de 1999.
- ^{xc vii} - Cf. Entrevista com Domingos Fernandes, concedida a DR. São Paulo, 4 de julho de 2000, fita 1, lado A, transcrição p. 13; cf. PAZ, C. E.,
- ^{xc viii} - Entrevista com Domingos Fernandes, concedida a DR. São Paulo, 4 de julho de 2000, fita 1, lado A, transcrição p. 14.
- ^{xc ix} - Entrevista com Domingos Fernandes, concedida a DR. São Paulo, 4 de julho de 2000, fita 1, lado A, transcrição pp. 11 e ss. Sobre a não adesão de Marighella à teoria do foco, ver também entrevista com Sérgio Granja, concedida a DR. Rio de Janeiro, 3 de julho de 1999; transcrição da fita 1, lado B, p. 19.
- ^c - Entrevista com Domingos Fernandes, concedida a DR. São Paulo, 4 de julho de 2000. Transcrição da fita 2, lado A, p. 1.
- ^{ci} - Entrevista com Domingos Fernandes, concedida a DR. São Paulo, 4 de julho de 2000. Transcrição da fita 2, lado A, pp. 3 e 4.
- ^{c ii} - Entrevista com Carlos Eugênio Sarmiento Coêlho da Paz, concedida a DR. Rio de Janeiro, 19 de julho de 2000. Transcrição da fita 2, lado B,
- ^{c iii} - Entrevista com Carlos Eugênio Sarmiento Coêlho da Paz, concedida a DR. Rio de Janeiro, 19 de julho de 2000. Transcrição da fita 2, lado B, p. 30; ver também

Entrevista com Domingos Fernandes, concedida a DR. São Paulo, 4 de julho de 2000. Transcrição da fita 2, lado A, pp. 1 e ss.

^{civ} - Entrevista com Sérgio Granja, concedida a DR. Rio de Janeiro, 3 de julho de 1999; transcrição da fita 1, lado B, pp. 34 e 35 e fita 2, lado A, pp. 2-4.

^{cv} - Domingos Fernandes, concedida a DR. São Paulo, 4 de julho de 2000. Transcrição da fita 2, lado A, p. 2. Sobre o «comandante Raul», ver também entrevista com Sérgio Granja, concedida a DR. Rio de Janeiro, 3 de julho de 1999; transcrição da fita 1, lado B, pp. 21 e ss. E pp. 30 e ss.

^{cvi} - Entrevista com Carlos Eugênio Sarmiento Coêlho da Paz, concedida a DR. Rio de Janeiro, 19 de julho de 2000. Transcrição da fita 3, lado A, p. 1

^{cvi} - Domingos Fernandes, concedida a DR. São Paulo, 4 de julho de 2000. Transcrição da fita 2, lado A, p. 5. *Gusano*, em espanhol, quer dizer, ao pé da letra, verme, lombriga, cf. Dicionário Michaelis Português-Espanhol.

^{cvi} - Entrevista com Mário Japa/Shizuo Osawa, concedida a DR. Rio de Janeiro, 6 de julho de 1999. Fita 1.

^{cix} - Entrevista com Mário Japa/Shizuo Osawa, concedida a DR. Rio de Janeiro, 6 de julho de 1999. Fita 1.

^{cx} - Entrevista com Domingos Fernandes concedida a DR. São Paulo, 4 de julho de 2000. Fita 2, lado A, p. 14 da transcrição.

^{cx} - O nome *Grupo Primavera* jamais aparece na documentação da repressão. DOPS-RJ. Setor: Comunismo, pasta 115, folhas: 1 a 112. «Curso de guerrilha realizado em Cuba. Relação do cursado». Ministério do Exército, Comando do I Exército, Rio de Janeiro, GB, 21 de novembro de 1972.

^{cxii} - Entrevista com José Carlos Giannini, concedida a DR. São Paulo, 13 de junho de 2000; transcrição da fita 1, lado A, pp. 12-13. Sobre a cisão no Brasil, ver também entrevista com Arthur Machado Scavone, concedida a DR. São Paulo, 5 de julho de 2000.

^{cxiii} - Segundo o documento DEOPS-SP, «72-curso de guerrilha int. do MOLIPO» e RPI nº 01/72 - II Exército, 50-Z-9-40934 e ss., p. 86, o MOLIPO fez 24 ações, sendo a primeira em 16 de julho de 1971. Neste momento, ainda se autodenominava Dissidência da ALN (DI-ALN), tendo surgido o nome Molipo apenas no último trimestre de 1971.

^{cxiv} - DOPS-RJ. «MOLIPO». Setor Comunismo, pasta 103, folhas 254/262, Ministério do Exército, I Exército, Rio de Janeiro, GB, 21 de março de 1972. No DEOPS-SP, este documento aparece como «72-curso de guerrilha int. do MOLIPO» e RPI nº 01/72 - II Exército, 50-Z-9-40934 e ss., pp. 73 a 94.

^{cxv} - Entrevista com José Carlos Giannini, concedida a DR. São Paulo, 13 de junho de 2000; transcrição da fita 1, lado A, p. 13.

^{cxvi} - Entrevista com José Carlos Giannini, concedida a DR. São Paulo, 13 de junho de 2000; transcrição da fita 1, lado A, p. 1.

^{cxvii} - Entrevista com José Carlos Giannini, concedida a DR. São Paulo, 13 de junho de 2000; transcrição da fita 1, lado A, pp. 1, 2 e 3.

^{cxviii} - Entrevista com Arthur Machado Scavone, concedida a DR. São Paulo, 5 de julho de 2000; transcrição da fita 1, lado B, p. 19.

^{cxix} - Entrevista com Arthur Machado Scavone, concedida a DR. São Paulo, 5 de julho de 2000; transcrição da fita 1, lado A, p. 6 e 14.

-
- ^{cxx} - Entrevista com Arthur Machado Scavone, concedida a DR. São Paulo, 5 de julho de 2000; transcrição da fita 1, lado A, p. 5.
- ^{cxxi} - Entrevista com José Carlos Giannini, concedida a DR. São Paulo, 13 de junho de 2000; transcrição da fita 1, lado B, p. 22.
- ^{cxxii} - DEOPS-SP, «72-curso de guerrilha int. do MOLIPO» e RPI nº 01/72 - II Exército, 50-Z-9-40934 e ss., pp. 73 a 94. É interessante notar, na citação, o uso, por parte da repressão, da expressão «ações expropriatórias», ainda que entre aspas, usada pelos guerrilheiros. Normalmente, usava as palavras «assalto», assalto, roubo.
- ^{cxxiii} - Entrevista com Arthur Machado Scavone, concedida a DR. São Paulo, 5 de julho de 2000; transcrição da fita 1, lado A, p. 8.
- ^{cxxiv} - Entrevista com José Carlos Giannini, concedida a DR. São Paulo, 13 de junho de 2000; transcrição da fita 1, lado A, pp. 11-12.
- ^{cxxv} - Entrevista com Carlos Eugênio Sarmiento Coêlho da Paz, concedida a DR. Rio de Janeiro, 19 de julho de 2000. Transcrição da fita 2, lado A, pp. 3-5.
- ^{cxxvi} - Domingos Fernandes, concedida a DR. São Paulo, 4 de julho de 2000. Transcrição da fita 2, lado B, pp. 16 e ss.
- ^{cxxvii} - José Carlos Giannini e Arthur Machado Scavone integraram-se ao MOLIPO. Sobre a integração de militantes que haviam ficado no Brasil ao Grupo, ver também o documento DEOPS-SP. «Declaração», «Grupo dos 28», 50-Z-9-31.766 e 50-Z-9-31.765: «Declarações que presta Francisco Carlos de Andrade (...) à turma de interrogatório preliminar "B", das 10:30 às 22:00 do dia 14/15 de março de 1972»; ver DEOPS-SP, «Grupo dos 28», 50-Z-9-31848: «Declarações de Jorge Fidelino Galvão de Figueiredo (...), em 7/8 de fevereiro de 1972»; ver DEOPS-SP, «Grupo dos 28», 50-Z-9-23399: «Declarações que presta Francisco Carlos de Andrade (...) à turma de interrogatório preliminar "A", das 10:00 às 20:00 horas do dia 29/30 de novembro de 1971»; ver DEOPS-SP, «Grupo dos 28», 50-Z-9-22526 e 50-Z-9-22525: «Declarações de Monir Tahan Sab (...) à turma de interrogatório preliminar "A" das 17:00 às 22:00 do dia 27/28 de outubro de 1971. Há vários documentos da repressão sobre o MOLIPO, entre eles, ver DEOPS-SP, «72-curso de guerrilha int. do MOLIPO» e RPI nº 01/72 - II Exército, 50-Z-9-40934 e ss., pp. 73 a 94 (nestes documentos, há informações detalhadas sobre a organização); sobre o histórico da organização, ver p. 86 e 11 do doc. De «RPI nº 1/72-II Ex»: aí, é destacado fato de que «é formada quase exclusivamente por terroristas que fizeram curso de guerrilhas em Cuba, entre fins de 1969 e fins de 1970, todos integrantes do quadro da ALN». Ver ainda o Doc. 5.836, «Guerrilha urbana», sem data, escrito por militantes que se integraram, em seguida, ao Grupo dos 28, para formar o MOLIPO (Arquivo Edgard Leuenroth, Brasil Nunca Mais, volume «Anexos dos processos»).
- ^{cxxviii} - Entrevista com José Carlos Giannini, concedida a DR. São Paulo, 13 de junho de 2000; transcrição da fita 1, lado A, pp. 8 e 9.
- ^{cxxix} - Entrevista com Arthur Machado Scavone, concedida a DR. São Paulo, 5 de julho de 2000; transcrição da fita 1, lado A, p. 3.
- ^{cxxx} - Sobre o contexto do justicamento, ver GORENDER, J., 1987, pp. 243-4; ver também o testemunho de Carlos Eugênio Paz, membro da direção que tomou a decisão: PAZ, Carlos Eugênio, 1996.

-
- ^{cxxx}_i - DOPS-RJ. Setor: Comunismo, volume 102, pp. 200, 199. Brasília, DF.
- ^{cxxx}_{ii} - Entrevista com Arthur Machado Scavone, concedida a DR. São Paulo, 5 de julho de 2000; transcrição da fita 1, lado B, p. 28 e 29; ver Brasil Nunca Mais (Arquivo Edgard Leuenroth), nº 68, caixa 1, «Selagem do MOLIPO apreendida em poder de José Carlos Giannini».
- ^{cxxx}_{iii} - Entrevista com Carlos Eugênio Sarmiento Coêlho da Paz, concedida a DR. Rio de Janeiro, 19 de julho de 2000. Transcrição da fita 3, lado A, p. 7.
- ^{cxxx}_{iv} - Entrevista com Domingos Fernandes, concedida a DR. São Paulo, 4 de julho de 2000. Transcrição da fita 2, lado A, p. 1.
- ^{cxxx}_v - Entrevista com Carlos Eugênio Sarmiento Coêlho da Paz, concedida a DR. Rio de Janeiro, 19 de julho de 2000. Transcrição da fita 3, lado A, pp. 2 e 3.
- ^{cxxx}_{vi} - DOPS-RJ. «MOLIPO (Movimento subversivo)». Setor Terrorismo, pasta 15, folha 181.
- ^{cxxx}_{vii} - José Dirceu é um dos seis sobreviventes do *Grupo da Ilha* e, procurado, não se dispôs a falar.
- ^{cxxx}_{viii} - Entrevista com Carlos Eugênio Sarmiento Coêlho da Paz, concedida a DR. Rio de Janeiro, 19 de julho de 2000. Transcrição da fita 3, lado A, p. 12.
- ^{cxxx}_{ix} Sobre a possibilidade de ser o Cabo Anselmo ou o dissidente cubano, ver entrevista com Carlos Eugênio Sarmiento Coêlho da Paz, concedida a DR. Rio de Janeiro, 19 de julho de 2000. Transcrição da fita 3, lado A, pp. 8-10; ver também entrevista com Domingos Fernandes, concedida a DR. São Paulo, 4 de julho de 2000. Transcrição da fita 2, lado B, p. 20; ver também entrevista com José Carlos Giannini, concedida a DR. São Paulo, 13 de junho de 2000; transcrição da fita 1, lado A, p. 6. Ver também DEOPS-SP, doc. Cuba – 50-D-26-3484-«sobre libertação da América Latina»: documento do Ministério da Aeronáutica, 4ª Zona Aérea, de 11 de janeiro de 1972, para o DOPS-SP, encaminhando cópia de notícia publicada n' O Globo, 20/12/1971, p. 7: «importante membro do Serviço Secreto cubano que pediu asilo nos Estados Unidos, através da embaixada norte-americana em Londres». Segundo a matéria, o Departamento de Estado dos EUA mantinha em sigilo sua identidade e divulgava que o «ex-agente revelou um plano castrista de “libertação da América Latina”», que teria sua base no Chile e contaria com o apoio do governo de Salvador Allende. A notícia fora divulgada pelo jornal britânico *Daily Telegraph*.
- ^{cxl} - Entrevista com Domingos Fernandes, concedida a DR. São Paulo, 4 de julho de 2000. Transcrição da fita 2, lado B, pp. 19 e 20.
- ^{cxli} - Cf. MIRANDA, Nilmário e TIBÚRCIO, Carlos, 1999. Pp. 127 e ss.
- ^{cxlii} - Entrevista com Carlos Eugênio Sarmiento Coêlho da Paz, concedida a DR. Rio de Janeiro, 31 de julho de 2000. Transcrição da fita 4, lado B, p. 26.
- ^{cxliii} - DOPS-RJ. «MOLIPO». Setor Comunismo, pasta 103, folhas 254/262.
- ^{cxliv} - A sobrevivência do Pcdob foi uma exceção em meio ao massacre, mantendo a guerrilha rural até 1974, quando a Guerrilha do Araguaia também foi dizimada.
- ^{cxlv} - Na segunda metade dos anos 1970, Arnaldo Ochoa também comandou tropas cubanas na África.

-
- cxlvi - Sobre a proposta de Ochoa, ver entrevista com Carlos Eugênio Sarmiento Coêlho da Paz, concedida a DR. Rio de Janeiro, 31 de julho de 2000. Transcrição da fita 4, lado A, pp. 9 e ss.; ver também PAZ, Carlos Eugênio, 1997.
- cxlvii - Entrevista com Domingos Fernandes concedida a DR. São Paulo, 4 de julho de 2000. Fita 1, lado A, p. 9 da transcrição; citação, p. 9.
- cxlviii - Entrevista com Carlos Eugênio Sarmiento Coêlho da Paz, concedida a DR. Rio de Janeiro, 31 de julho de 2000. Transcrição da fita 4, lado B, pp. 16, 21 e 23.
- cxlix - Entrevista com Carlos Eugênio Sarmiento Coêlho da Paz, concedida a DR. Rio de Janeiro, 31 de julho de 2000. Transcrição da fita 4, lado B, p. 23.
- cl - É do jornalista Elio Gaspari, em sua coluna publicada n' *O Globo*, 14/1/2001, a associação do plano de Ocho à história do filme *Fitzcarraldo*, de Werner Herzog, de 1982.
- cli - Entrevista com Carlos Eugênio Sarmiento Coêlho da Paz, concedida a DR. Rio de Janeiro, 31 de julho de 2000. Transcrição da fita 4, lado B, p. 16.
- clii - Entrevista com Mário Japa/Shizuo Osawa, concedida a DR. Rio de Janeiro, 6 de julho de 1999. Fita 1 e fita 3, lado ^a
- cliii - Entrevista com Mário Japa/Shizuo Osawa, concedida a DR. Rio de Janeiro, 6 de julho de 1999. Fita 3, lado A.
- cliv - MIRANDA, Nilmário e TIBÚRCIO, Carlos, 1999, p. 132.
- clv - DOPS-RJ. Setor: Comunismo, pasta 115, folhas: 1 a 112. «Curso de guerrilha realizado em Cuba. Relação do cursado». Ministério do Exército, Comando do I Exército, Rio de Janeiro, GB, 21 de novembro de 1972.
- clvi - MIRANDA, Nilmário e TIBÚRCIO, Carlos, 1999, p. 133. Ver também os documentos do DEOPS-SP, «72-curso de guerrilha int. do MOLIPO» e RPI nº 01/72 - II Exército, 50-Z-9-40934, onde aparece o nome de Arantes em uma lista de integrantes do MOLIPO que teriam sido mortos ao reagirem à prisão ou tentarem a fuga. No «Laudo de exame de corpo de delito. Exame necroscópico», de José Roberto Arantes de Almeida, aparece a informação de que morreu em tiroteio com a OBAN, em 4 de novembro de 1971 (AEL, BNM, nº 68, cx. 1). De forma semelhante, sobre Antonio Benetazzo, no Doc. DEOPS-SP, 50-Z-9-40.946, RPI nº 01/72- II Exército, na p. 75 (50-Z-9-40.946), aparece a informação de que foi preso em 27 de outubro de 1972; em outros documentos, ele é dado como morto na hora da prisão: morreu em 30 de outubro de 1972 (AEL, BNM, processo nº 88, SP, 1973, MOLIPO, cx. 1 = vol. 1, «Laudo de exame de corpo de delito. Exame Necroscópico. Instituto Médico Legal do Estado) - «atirou-se embaixo de um veículo pressentindo a chegada da polícia».